



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais
Curso de Relações Internacionais - FADIR

Vinícius Tijolin Barros

**Waltz, Keohane e Wendt: análise de construções
conceituais sobre o poder**

Dourados - MS
Novembro de 2015

Vinicius Tijolin Barros

**Waltz, Keohane e Wendt: análise de construções
conceituais sobre o poder**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Banca Examinadora da Universidade
Federal da Grande Dourados, como pré-
requisito para obtenção do título de Bacharel
em Relações Internacionais.

Orientadora: Professora Mestre Tchella
Fernandes Maso.

**Dourados - MS
Novembro de 2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B268w	Barros, Vinícius Tijolin. Waltz, Keohane e Wendt : análise de construções conceituais sobre o poder. / Vinícius Tijolin Barros. – Dourados, MS : UFGD, 2015. 57f. Orientadora: Tchella Fernandes Maso. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Grande Dourados. 1. Teoria das Relações Internacionais. 2. Complementaridade. 3. Poder. I. Título. CDD – 320.1
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao décimo segundo dia do mês de novembro de 2015, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, o aluno **VINÍCIUS TIJOLIN BARROS**, tendo como título “Waltz, Keohane e Wendt: análise de construções conceituais sobre o poder”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores Me. Tchella Fernandes Maso (orientadora), Dr. Hermes Moreira Junior (examinador) e o Dr. Matheus de Carvalho Hernandez (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado APROVADO.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:

Me. Tchella Fernandes Maso
Orientadora

Dr. Hermes Moreira Junior
Examinador

Dr. Matheus de Carvalho Hernandez
Examinador

Dedico este trabalho aos meus pais.

Ivaldete e José Roberto,

Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus.

Também agradeço aos meus pais, Ivaldete Tijolin Barros e José Roberto Barros por me apoiarem, e acreditarem em mim, mas principalmente por me condicionarem a ter um estudo, no qual precisei morar fora.

Ao meu colega de apartamento, Oliver Gregory Macena, eu agradeço por ter sido um irmão.

Meus agradecimentos também vão para a meus amigos que me proporcionaram um ambiente incrivelmente agradável durante este período longe dos meus pais, transformando-os em a minha família Douradense. Sendo eles: Samara Sartor, Thais Bini, Raphael Almeida, Vitor Ortiz, Thais Suemi, Rafael Alexandre, Juliano Gatti, Leticia Steluti, Luan Macena, Katiucy Mendes, Diego Ferreira, Thiago Bernardo e Milton Vesdel Junior.

Também gostaria de agradecer algumas pessoas em particular, as quais foram, muito importantes para o meu crescimento pessoal durante este período: Sérgio Wachter, Katiuscia moreno e Claudia Wunsch.

Não poderia de deixar de agradecer meus professores, os quais me proporcionaram conhecimentos além do científico, por tanto um muito obrigado Professor João Urt, Professor Matheus Hernandez, Professor Hermes Moreira Junior e Professor Tomaz Espósito Neto.

E por fim, mas não menos importante, agradeço a minha Orientadora Tchella Fernandes Maso, muito obrigado por sua dedicação ao meu trabalho, mas principalmente pela sua paciência comigo.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é estudar o conceito de poder dentro de três relevantes teorias nas Relações Internacionais, utilizando os principais nomes de cada corrente teórica. Waltz como representante da corrente realista, Keohane como representante liberal e Wendt e seu pensamento construtivista. Sendo assim, o intuito de compreender o poder é motivado por este ser um dos elementos base para o entendimento do arranjo político atual e das relações internacionais. Após apresentação das três definições de poder, será analisada a hipótese sobre a complementariedade entre elas.

Palavras-chave: Teoria das Relações Internacionais, Complementariedade, Poder.

ABSTRACT

The goal of this paper is studying the concept of power in three relevant theories in international relations, presenting the main scholars from each theoretical current. Waltz as a representative of the realist current, Keohane as a representative liberal and Wendt and his constructivist thought. Therefore, the intention to comprehend the power is motivated for itself being one of the fundamental elements for the understanding for the current political arrangement and of the international relations. After presenting the three definitions of power, the hypothesis on the complementarity between them will be analyzed.

Keywords: International Relations Theory, Complementarity, Power.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. CAPÍTULO 1	
I. O PROPÓSITO DO CONCEITO.....	8
3. CAPÍTULO 2	
II. REALISMO: WALTZ E SEU CONCEITO DE PODER.....	19
4. CAPÍTULO 3	
III. LIBERALISMO: KEOHANE E SEU CONCEITO DE PODER.....	30
i. INTERDEPENDÊNCIA E PODER: UM NOVO PARADIGMA.....	30
ii. REDEFINIÇÃO DO PARADIGMA.....	33
5. CAPÍTULO 4	
IV. CONSTRUTIVISMO: WENDT E SEU CONCEITO DE PODER.....	39
6. CAPÍTULO 5	
V. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	48
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
8. BIBLIOGRAFIA.....	55

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar o conceito de poder do neorrealista Kenneth N. Waltz, do institucionalista liberal Robert O. Keohane e do construtivista Alexander Wendt, ou seja, expor os pensamentos destes três autores sobre a definição de poder dentro do campo de Relações Internacionais.

O intuito desse trabalho em compreender o poder é motivado por este ser um dos elementos base para o entendimento do arranjo político atual e das relações internacionais a partir da criação do Estado moderno¹. No entanto, tendo em vista a amplitude temporal, este trabalho se concentrará em analisar as principais visões sobre a definição de poder, após os ocorridos da Segunda Guerra Mundial, pois foi um novo período para o sistema internacional, levando assim ao desenvolvimento de um novo olhar para as teorias já estabelecidas dentro das Relações Internacionais e o surgimento de novos pensamentos teóricos.

Entretanto, a escolha para esse período também ocorreu pelo fato de ser no início do pós-Segunda Guerra Mundial que os teóricos liberais e realistas se aproveitaram do período como um suporte de suas teorias, em suma, o movimento do sistema internacional conseguiu fornecer, durante estes anos, fundamento para que as duas teorias conseguissem analisar a realidade e apresentarem importantes esclarecimentos da mesma, algo que será melhor explorado nos capítulos seguintes.

À vista disto, está monografia lida com a ideia de complementaridade das definições de poder. Nos capítulos serão apresentadas as teorias, as quais serão retratadas nesse texto, utilizando autores de relevo e suas interpretações dos conceitos de poder, porém sempre deixando a hipótese da complementaridade implícita. Por fim, no capítulo quinto se encontra a hipótese que este trabalho busca apresentar.

“O alcance explicativo de teorias e conceitos” (Cervo, 2008, p. 8) é também explorado neste estudo, explicando melhor, este texto apresentará duas ideias de como o pensamento teórico deve ser utilizado nos países emergentes, mais propriamente dito, no Brasil. As ideias apresentadas são de dois notáveis

¹ 1648 – Ano da convenção da Paz de Vestefália ou de Vestfália, ou ainda Westfália.

teóricos brasileiros das Relações Internacionais, os quais exibem seus pensamentos, preocupações e idealizações sobre o estudo deste campo no Brasil.

“É muita responsabilidade iniciar essa série de debates acadêmicos, naturalmente com o receio de decepcionar as pessoas com um tema tão árido: teoria” (Rocha, 2002, p. 5). Como posto por Rocha nessa citação, o estudo teórico das relações internacionais no território brasileiro, possui um interesse de pesquisa ainda pouco explorado por falta de fascínio por parte do ambiente doméstico. Portanto, a busca pelo entendimento teórico do poder exposta nesse trabalho procura compreender melhor esse conceito, que é um dos mais citados e utilizado nas Relações Internacionais, e trazê-lo para um contexto nacional, aproximando-se assim, a pesquisa teórica e analítica ao campo acadêmico das RI no Brasil.

Um trabalho muito interessante e importante, que não poderia deixar de ser mencionado, mesmo que por um breve momento, é a análise feita por Tickiner, Cepeda e Bernal, no qual eles examinaram o ensino das Relações Internacionais em quatro países latino-americanos (Argentina, Brasil, Colômbia e México), com o intuito de descobrir a perspectiva latino-americana sobre o estudo das RI na região. A pesquisa deles começa apontando o prestígio que se recebe por somente ter concluído os estudos nos Estados Unidos. Contudo, o ponto que mais interessa a este trabalho é a investigação sobre a utilização de autores regionais versus autores anglo-saxônicos na academia destes respectivos países.

En México y Argentina, por ejemplo, la presencia de autores de Estados Unidos es del 50%, en Colombia 47% y en Brasil 43%. A diferencia de lo anterior, el peso de los autores de América Latina es marginal. En México, país cuya comunidad académica otorga mayor importancia a éstos, sus escritos corresponden a una cuarta parte de los cursos y en Argentina al 23%. Brasil (19%) y Colombia (15%) priorizan aún menos los textos latinoamericanos en la docencia. (Tickiner; Cepeda; Bernal, 2013, p. 18-19).

Percebe-se, então, a importância que se tem um estudo teórico feito na América Latina e para a América Latina, e a lacuna existente que ainda deve ser conquistada por estudiosos da região no campo das RI.

O motivo da escolha de Waltz, Keohane e Wendt para este trabalho é o diálogo e a interação que esses autores desenvolveram entre si, ou melhor, é a

ideia de poder elaborada pelo autor realista estrutural, que se aprimorou nas concepções de Keohane e Wendt sobre o poder no ambiente internacional, criando assim uma interação entre esses teóricos. Seja para expandir certos pensamentos, ou para criticar outros. O conceito de poder de Waltz é muito importante para as Relações Internacionais, assim como as concepções de Keohane foram a diretriz do pensamento institucionalista liberal, e para finalizar, Wendt foi o principal precursor teórico a aproximar as ideias positivistas com as dos construtivistas, ganhando destaque e adeptos no cenário internacional.

Este trabalho está disposto em cinco capítulos, no primeiro estão expostas as observações de Amado Cervo e Antonio Jorge Ramalho da Rocha, sobre a importância dos conceitos e de como se estudar as Relações Internacionais no Brasil. Seguindo, o próximo capítulo é o qual difunde o conceito de poder de Waltz, que ele apresentou no seu livro “Teoria das Relações Internacionais”. Dando continuidade, é no terceiro capítulo que abrange a teoria de Keohane sobre o poder, contendo também ideias de autores liberais da América do Sul. Oferece-se ao leitor como Wendt apresenta suas ideias construtivistas sobre a definição de poder no quarto capítulo. E é no último capítulo que a hipótese de complementaridade entre as definições de poder apresentadas será melhor discutida nesta publicação.

CAPÍTULO 1

O PROPÓSITO DO CONCEITO

A epistemologia enquanto projecto filosófico é indissociável da emergência e consolidação da ciência moderna. Se a sua pretensão era constituir-se numa teoria do conhecimento, ela acabaria por se tornar um projecto paradoxal. (Nunes, 2008, p. 47).

É importante entender, segundo Amado Cervo, que teoria e conceito possuem funções diferentes nos estudos das Relações Internacionais, algo que será melhor esclarecido adiante. A universalização das teorias é, conforme o autor, deturpada. Ou seja, são adequadas ao interesse de alguns Estados ou ao conjunto dos mesmos, pois além de ser onde a ideia da teoria surge é o local que ela se encaixa. Como já apresentado por Robert Cox “theory is always *for* someone and *for* some purpose” (COX, 1981, p. 128). Sendo os conceitos contrários a essa ideia global, pois estes estão na matriz nacional, ou, no máximo, regional, “as quais se assentam e se recusam estar investidos de alcance explicativo global” (Cervo, 2008, p. 8). Portanto, a intenção de inserir a citação, que se deu início neste capítulo, é apresentar a ideia de uma epistemologia livre de amarras teóricas.

As teorias constituem um *corpus* de compreensão e conhecimento de ampla magnitude em sua aplicação no campo das Relações Internacionais, algo que se observa em diversas áreas da ciência humanas e sociais. Pois, “elas conservam (...) a função original de elaborar a compreensão do objeto de estudo, as relações internacionais, e de iluminá-lo com o conhecimento organizado” (Smouts *apud* Cervo, 2008, p. 9). Contudo, teorias devem ser utilizadas e interpretadas com reservas, porque as teorias, sob a perspectiva de Cervo, estão em condição caótica sobre o aspecto da produção intelectual. O caos mencionado no texto refere-se à existência de certas incompatibilidades entre as correntes teóricas, descritas em manuais, e suas aparentes teorias.

Em nosso² entender, o estado caótico das teorias explica-se pelo fato de não serem imparciais, já que se inspiram em campos de observação limitada, e pelo fato de não serem objetivas, já que outros campos de observação suscitarão o

² Grupo de estudiosos que compartilham da mesma ideia do Amado Cervo.

contraditório, enfim por não convencerem como explicação universal, como presumem. (Cervo, 2008, p. 9).

O campo de observação composto pelos teóricos das Relações Internacionais é apoderado por determinadas sociedades, sendo assim estas difundem seus interesses específicos nas bases das teorias, além de enaltecer seus padrões de comportamentos, como sendo ideais, por conseguinte aplicando seus valores de comunidades. Levando, portanto, as teorias à excluírem de suas agendas valores, condutas e interesses das demais sociedades. Devido a isso, “a desconfiança intelectual invade com força ética o domínio das teorias das relações internacionais” (Cervo, 2008, p. 10).

En relaciones internacionales (RI) una dificultad emerge a la hora de tratar de examinar sus características centrales en distintos contextos nacionales o regionales. Tratándose de una disciplina signada por el dominio o hegemonía de los Estados Unidos, la evolución de las RI en lugares determinados no se puede entender de forma solamente “local” sino que se trata de un campo en el que la versión estadounidense siempre existe, para bien y muchas veces para mal, como punto obligado de referencia. Las RI “*made in USA*” no solo determina qué debates, teorías, métodos y epistemologías son relevantes, sino que también influencia la identificación de la producción intelectual importante, las publicaciones relevantes y el tipo de publicaciones a las que una carrera académica exitosa debe apuntar, entre otros. (Tickner; Wæver, 2009 *apud* Tickiner et al., 2013, p. 45).

Dando procedência à pesquisa de Tickner, Cepeda e Bernal, na qual eles apontam que todo o questionário utilizado na investigação deles, referente aos tópicos teóricos, metodológicos e epistemológicos foram desenvolvidos a partir de diretrizes centrais anglo-saxônicas, ou seja, tomaram como ponto de partida o modo de estudo presente nesta região. Ocasionalmente, assim, uma adversidade no resultado das análises, pois estas questões ao se estenderem às outras regiões do mundo, permitem somente medir as semelhanças e diferenças destas localidades com os locais abordados no trabalho deles. Todavia, para finalizar esse adendo, o interesse de apresentar esse relatório, neste texto, é o questionamento que fica: “al asumir la lectura dominante de las RI como “norma” y otras versiones nacionales o regionales como derivaciones o desviaciones de la misma, no termina reproduciéndose el dominio de Estados Unidos” (Tickiner et al., 2013, p. 46).

La afirmación de Kenneth Waltz de que “sería absurdo construir una teoría de las relaciones internacionales basada en países

como Malasia y Costa Rica” confirma el lugar relativamente marginal que ha ocupado el resto del mundo dentro de la disciplina. (Waltz, 1979 *apud* Tickiner et al., 2013, p. 7).

Segundo Cervo, regiões onde já foram consideradas terceiro mundo, ou periferia, estão, na época atual, se erguendo como um contrapoder desses domínios teóricos do primeiro mundo, portanto, transformando o sul geopolítico em um agente de grande potencial para disseminar suas contribuições na área de Relações Internacionais, como explica Dupas em *Atores e poderes na nova ordem global*, desafiando, assim, o poder tradicional institucionalizado pelo capitalismo. Pois esse contrapoder convoca uma renovação nas formas de compreender e explicar as Relações Internacionais (Cervo, 2008). Portanto, “o contrapoder enfraquece, enfim, todas as teorias atreladas à ordem internacional construída desde o centro e para o centro” (Cervo, 2008, p. 11).

Revelando atitude intelectual mais aberta e mais simpática, Alexander Wendt escala uma nova fase dessa evolução recente das teorias. Construtivista, construtivista racionalista como se apresenta a si mesmo, surpreendeu o meio acadêmico em 1999 com seu livro *Social Theory of International Politics*. Wendt inicia a demolição do imperialismo das teorias das relações internacionais. Essas teorias, segundo o autor, nunca foram capazes de prever algo que já não fosse uma tendência em curso. (Cervo, 2008, p. 12).

Destarte, Wendt procura em seu livro desconstruir a ideia de entidade epistemológica dos autores positivistas (Waltz e Keohane), contudo se apropriando de elementos importantes apresentados por estes, transformando-os, ou não, e implementando, conforme a suas ideias, numa percepção inovadora, apresentando assim uma via média³, ou um diálogo, ou, até mesmo, uma complementaridade nas contribuições teóricas dentro das RI.

Após esta breve exposição da estrutura da formulação das teorias, esse texto se focará em analisar as sistematizações dos conceitos, com enfoque, principalmente, na ótica brasileira da inserção internacional. No livro *Inserção Internacional* de Amado Cervo apresenta o conjunto de conceitos, que estão vinculados entre si e conectados com os estudos das Relações Internacionais. Tal declaração de Cervo apresenta uma semelhança ao formato de teoria, pois não deixa de retratar duas funções que o campo das Relações Internacionais

³ Ler “Uma reconstrução do construtivismo nas Relações Internacionais” de Stefano Guzzini, para melhor entender esta denominação de via média.

historicamente impõe, a explicativa e a valorativa⁴. Entretanto foge das amarras das influências, que determinados atores exercem sobre as teorias da área. Portanto, a contribuição brasileira, observada por Amado Cervo, agrega a disciplina “sem estarmos preocupados em elaborar mais uma teoria e sem recusarmos a ideia de que um conjunto de conceitos possa ser comparado a uma teoria pelo fato de exercer idênticas funções” (Cervo, 2008, p. 14).

Nesse sentido, surge o interesse desse trabalho: compreender os usos do conceito poder de três autores destacados no campo das RI. Esse é um primeiro passo para futuras pesquisas acerca da influência que molda os autores e as consequências das apropriações desses conceitos em solos periféricos.

Entende-se que a influência que o autor recebe irá conduzi-lo durante a sua pesquisa, pois um intelectual do campo das Relações Internacionais não surge com um conceito lapidado e finalizado, sendo assim, o método da elaboração de conceitos encontra-se entre os dois extremos das exposições teóricas dentro da disciplina, um lado sendo as criações primogênicas e pessoais, do outro a formação de manuais, que relatam as teorias de outrem. “Com efeito, o conceito aplicado às relações internacionais com o qual estamos lidando resulta de uma construção social” (Cervo, 2008, p. 14).

Não podendo deixar de fora, os estudiosos brasileiros das Relações Internacionais, os quais procuram criar certos conceitos, cada um dentro da sua própria linha de pensamentos, que se ajuste melhor a inserção brasileira na esfera internacional. Pois, cabe a eles, principalmente, “desvendar as ciladas das teorias que servem ao desenvolvimento e ao bem-estar alheio e prejudicam o nacional” (Cervo, 2008, p. 18).

Conceitos destinam-se a integrar conhecimento, servindo como amálgama da reflexão que organiza a matéria empírica, base de observação científica da vida política e da realidade econômica, social e histórica. Caso não sejam produzidos sob tais critérios, dificilmente vão além do divertimento intelectual fruto do imaginário ou da fé. (Cervo, 2008, p. 20).

No entanto, é inegável o fato de as teorias e os conceitos comprovarem que Estados possuem valores e empenham-se em propagá-los para fora do seu território. Outro fator importante a ser ressaltado é que as nações são orientadas, seja pela teoria, seja pelo conceito, em suas execuções

⁴ Conjectura o objeto de estudo como um *corpus* adequado de conhecimento.

de política externa, buscando sempre o que é mais interessante para sua população. Logo, não se pode negar que teorias e conceitos, nesta perspectiva de valores e interesses que carregam em seus trabalhos, são legitimados pela sociedade ao qual está inserido. Entretanto, visando ou não, teorias tem como finalidade, de acordo com o Cervo, de favorecer a desigualdade entre os países dentro do sistema internacional, pois os elaboradores de teorias justapõem, como dito anteriormente, os valores e interesses que o cercam, criando assim uma armadilha para os demais atores estatais, que não compartilham desses mesmos ideais, e utilizam a teoria sem prescrição.

Em suma, ao caracterizar a teoria como sendo universalista, faz com que alguns Estados fiquem a mercê de outros, ou seja, segundo o autor Cervo, os prejuízos de alguns convêm a outros, transformando assim o cenário global numa supremacia unilateral de ganhos.

Inegável também é o caráter nocivo à formação nacional ou regional, à definição da ordem internacional e às relações entre os povos assimilar pensamento, cultura, valores e interesses alheios como sendo próprios. Por isso, as teorias exercem forte propulsão à ordem injusta, depois de se posicionarem em sua gênese. (Cervo, 2008, p. 21).

Para Amado Cervo, se cada Estado se apropriar em vestir o conceito ao invés da teoria, surgirão políticas de ação que respeitem aos demais, logo também seus valores, levando, de tal modo, todos a se beneficiar com a ordem internacional. Porque é do cerne da população que o conceito se constrói, motivado, portanto, pelos anseios, interesses e cultura da comunidade que o envolve. “No âmbito das relações internacionais, exibem a legitimidade que as teorias ignoram” (Cervo, 2008, p. 22).

Características de caráter metodológico e epistemológico asseguram aos conceitos uma importância, para aqueles que oferecem, com propriedade, as funções explicativas, valorativa e operacional das teorias.

Erguer conceitos aplicados à inserção internacional do Brasil equivale a metódico exercício mental feito com os fins de produzir conhecimento e levar compreensão à vida internacional, além de espelhar a práxis e sugerir caminhos de ação. Quatro procedimentos metodológicos orientam nossa produção de conceitos: construção social, historicidade, mensagem positiva e exigência da ordem metodológica. (Cervo, 2008, p. 23-24).

Desenvolver um conjunto de conceitos nacionais e encaixá-los em outros conjuntos de conceitos de diferentes países, cada um possuindo suas próprias experiências nacionais e regionais, inovaria uma nova forma de analisar o ambiente internacional, escapando, assim, do formato que é imposto pela teoria, logo se emancipando dos males, conforme diz Cervo, que ela traz ao ensino da disciplina, em se impor aos novos teóricos da área, além de sugerir a população e ao governo fora do eixo de sua origem, uma submissão por meio da política externa.

Concluindo, portanto, a ideia proposta pelo Amado Cervo, ao se transacionar entre utilização da teoria para o conceito, “propõe-se evolução mental correspondente à evolução material em curso” (Cervo, 2008, p. 24). Pois, ao apresentar a ideia de substituir a aplicação das teorias por conceitos, apresenta o caminhar da dissolução da utilização do sistema internacional para fins de interesses, valores e padrões de conduta das políticas capitalistas da velha estrutura dos países desenvolvidos, para o surgimento de um regime internacional, no qual acolha os interesses, valores e padrões de conduta também dos Estados emergentes (Cervo, 2008).

No entanto, Antonio Ramalho apresenta e aborda as teorias e agendas do campo das Relações Internacionais como uma forma de “estimular os leitores a pensar teoricamente a respeito do campo de estudos das Relações Internacionais” (Rocha, 2002, p. 2). O objetivo do autor em enfatizar as teorias no seu trabalho é uma forma de abranger os debates epistemológicos, metodológicos e teóricos que circulam, atualmente, no conjunto internacional das Relações Internacionais, nas discussões que ocorrem no território nacional. E, portanto, não possui o objetivo de classificar as teorias e conceitos, ou seja, não é criar, simplesmente, um manual de Relações Internacionais, para resumir, assim, os debates teóricos que acontece na contemporaneidade do campo, pondo-os em uma “caixa” rotulada, ou melhor dizendo, uma corrente teórica.

Rocha, assim como Cervo, concorda que os principais sistemas conceituais, ou o principal corpo teórico produzido e trabalhado dentro do campo das Relações Internacionais são elaborados na Europa, e/ou nos Estados Unidos (Rocha, 2002). Sendo assim, Rocha observou que esses sistemas conceituais são feitos para responder aos anseios dos analistas de RI dessas localidades, dessa maneira é o modo como eles observam a organização da

realidade internacional. Porém, é o modo de se interagir com esta observação que realmente difere Amado Cervo e Rocha⁵, pois o último convida o leitor a pensar teoricamente, não estabelecendo aos sistemas conceituais uma taxonomia, e sim entendendo os pressupostos dessas teorias, em suma, não tentar compreender somente as teorias em si. Explicando melhor, seria entender as teorias e estudá-las, contudo, sabendo que tais conceitos não foram desenvolvidos para resolver os problemas dos países emergentes. No entanto, não vejam as ideias do Rocha, como uma conspiração, “não há nenhuma idéia de que se manipule a percepção da realidade em países emergentes, nada disso” (Rocha, 2002, p. 9).

Os indivíduos que são respeitados no campo e de cuja aprovação esses sistemas conceituais necessitam para serem considerados parte do campo de estudos das Relações Internacionais. Essa aprovação dá-se por pessoas que não vivem os nossos problemas, que não se preocupam com o mundo da mesma forma que nós, que não organizam o *continuum* em que a realidade nos é dada da mesma maneira que nós. (Rocha, 2002, p. 9).

Para ele, a forma de resolvermos esse problema do processo de produção de validação do conhecimento científico (Rocha, 2002) é tendo uma maior e efetiva presença nos fóruns, por parte dos emergentes, para assim influenciar melhor a maneira que os problemas são postos em discussões na agenda internacional, ou abranger aqueles que não entram na agenda. Entretanto, o primeiro passo a ser dado é conhecer o fórum, portanto, entender seus sistemas conceituais e o corpo teórico é primordial - nesse sentido caminha esse trabalho.

Outro detalhe que o autor já deixa explícito no título⁶ do seu trabalho é que o campo de estudo das Relações Internacionais é regimentado por uma pluralidade de teorias, os quais se coordenam entre si formando múltiplas agendas de investigação, com os mais diversos temas relacionados às agendas da área.

São várias as teorias e é plural o sentido em que aparecem as agendas: agendas de investigação, para os intelectuais que refletem sobre as Relações Internacionais; e agendas de ação para os indivíduos e organizações, públicas e privadas, estatais

⁵ Enquanto Amado Cervo busca desassociar-se das teorias Anglo-saxônicas para explicar a realidade dos Estados emergentes, Antonio Rocha aprofunda os estudos sobre essas teorias, para assim melhor adaptá-las a realidade dos países que não a desenvolveram.

⁶ Relações Internacionais: teorias e agendas.

e não-estatais, que movem as relações internacionais. (Rocha, 2002, p. 2).

O autor ressalta a condição discursiva que os estudos das Relações Internacionais apresentam ao elaborar um diálogo entre construtivistas e racionalistas. Pois o conhecimento científico das Relações Internacionais contemporâneas, para ele, surge devido ao processo de analisar as teorias que lhe foram apresentadas, absorvendo-as na forma de discursos teóricos, e em um segundo momento voltar-se para a realidade internacional e observá-la cuidadosamente, percebendo-se assim como esta realidade não se enquadra em caixas categorizadas, e que como os fatos e processos dentro desse campo são expostos por diferentes formas de se conjecturar e interpretar tal acontecimento. Resumindo e simplificando, “é possível afirmar coisas distintas acerca da realidade utilizando os mesmos conceitos para conferir sentido àquilo que existe na realidade” (Rocha, 2002, p. 6).

Como resultado, analisa-se cada conceito, cada sistema conceitual e cada “grande debate” entre teorias em seu contexto histórico e discursivo, com vistas a facilitar ao leitor o trabalho de construir sua própria visão acerca deste campo de estudos e da utilidade de cada um dos discursos teóricos que o integram. (Rocha, 2002, p. 3).

Segundo Rocha, os construtivistas e racionalistas se diferenciam na forma de buscar e expor suas observações, em suma, enquanto os racionalistas estão à procura de maximizar o comportamento da sociedade como um todo, os construtivistas se concentram na individualidade e na singularidade dos indivíduos. Observaremos melhor essa diferença nos capítulos seguintes. Todavia, se concentrará agora na opinião do Rocha sobre o método de produção do conhecimento científico dentro das Relações Internacionais.

Para esse autor as estruturas de poder pertencentes ao sistema internacional são indisponíveis, mas as identidades dos países que detêm esse recurso de poder também possuem uma grande relevância, pois seu comportamento será condicionado pela forma que ele percebe a si mesmo e aos países ao seu redor.⁷

⁷ Nota-se isso claramente para o autor, na relação que Estados Unidos têm entre Coreia do Norte, Canadá e Grã-Bretanha. Pois, enquanto os EUA têm medo da Coreia do Norte possuir artefatos nucleares, ele revela segredos nucleares para os outros dois Estados citados, sem medo que tais segredos algum dia sejam usados contra ele, algo repreendido pelo realismo tradicional. Pois seu aliado de hoje pode se tornar seu adversário amanhã, segundo essa teoria. Contudo as relações criadas entre os EUA com a Grã-Bretanha, e com o Canadá, simplesmente

Se eu quiser ter um bom conjunto de interpretações acerca da realidade internacional, ou seja, algo que me responda porque os Estados, porque os demais agentes no contexto internacional agem como agem, não basta apenas adotar o método racionalista de construção de modelos, mas eu preciso entender como as estruturas normativas, como as estruturas de valores, como as estruturas institucionais, no campo das Relações Internacionais, constroem identidades, as quais, por sua vez, condicionam o comportamento dos agentes. (Rocha, 2002, p. 12).

Portanto, para o autor, é na dimensão sociológica da construção da identidade que se encontra a explicação do determinado comportamento, essa identidade não reside somente na burocracia, mas sim na sociedade como um todo, refletindo assim no Estado, tanto no poder Executivo, quando Legislativo.

Ao longo da tese, o que eu procuro fazer é colocar essas duas agendas de investigação, esses conjuntos de explicações e de interpretações da realidade. Explicações no sentido da agenda racionalista, isto é, discursos que partirão do pressuposto de que, não importa o nível de análise em que eu trabalho, o meu ator é racional. Isso significa o quê? Eu posso atribuir racionalidade ao Estado nacional, por mais que eu saiba que ele é feito de um conjunto de organizações, organizações essas que possuem suas próprias identidades, suas próprias rotinas, que maximizam sua própria utilidade. (Rocha, 2002, p. 12).

Assentando assim, Rocha acredita que um trabalho de análise do sistema internacional não pode só conter o conceito de sistemas, conforme é muito trabalhado entre os positivistas, mesmo sendo possível desenvolver um conhecimento aplicado sobre a realidade internacional, e desenvolver comportamentos que facilitem uma conexão entre os Estados, contudo sempre será um conhecimento limitado das Relações Internacionais contemporâneas, se não trabalharem com o conceito de sociedade internacional.

Deste modo, conceito, segundo Rocha, origina-se de uma atividade intelectual, que se baseia em analisar casos peculiares da realidade para procurar identificar semelhanças e divergências entre eles, definindo assim, as conjecturas necessárias e suficientes para se determinar o enquadramento de uma ocorrência qualquer.⁸ “Concepts are things that capture aspects of the facts

coloca a ideia de guerra entre Estados Unidos com algum desses dois aliados muito fora de perspectiva entre os indivíduos que comandam esses países. “Para isso não se encontra explicação na dimensão material de distribuição de recursos de poder no contexto internacional” (Rocha, 2002, p. 12).

⁸ Premissa elaborada por Mill, 1973.

for a theory: they are the lexicon that the grammar of theory turns into general sentences about the world” (Stinchcombe *apud* Rocha, 2002, p. 83).

Embora esse tipo de desenvolvimento⁹ seja importante, talvez até crucial para a consolidação deste campo de estudo, análises produzidas em nível de discussão mais abstrato podem contribuir de maneira significativa para aperfeiçoar o modo como se concebe a análise das relações internacionais contemporâneas. (Rocha, 2002, p. 85).

Concluindo a ideia deste capítulo, sendo esta de apresentar a essência do conceito para o estudo das Relações Internacionais, principalmente para os países emergentes, porém nunca abandonando de vista importância do emprego da teoria na área. Pois enquanto Cervo alega que para abandonar o provincianismo¹⁰ gerado pelas adoções irrestritas de teorias na periferia acadêmica, deve-se formular conceitos a partir de estudos vindo dessas determinadas regiões para essas determinadas regiões. Rocha, por sua vez, acredita que é necessário um estudo imponente sobre as teorias e seus engajamentos epistemológicos/metateóricos, pois para ele a ascensão das academias descentralizadas somente se dará após a compreensão e contribuição significativa para o campo internacional.

Por meio de declarações de cientistas sociais preocupados com as consequências políticas, sociais e culturais da univocidade do discurso acadêmico, sinalizou-se normativamente acerca da importância de descentrar os campos disciplinares, em particular as Relações Internacionais. (MASO; SELIS, 2014, p. 17).

Por consequência deste texto incluir um estudo mais detalhado do conceito de poder que foram retratados por três autores de renome no campo das RI, sendo os três de origem estadunidense, este capítulo de iniciação sobre o estudo das Relações Internacionais voltado para campo brasileiro, se fez necessário, para que se possa apresentar e talvez até sirva de inspiração para as construções próprias e fundamentais vindas da periferia, para a periferia. Pois, este trabalho busca mesclar as correntes teóricas vindas dos centros científicos, com pensamentos voltados mais para resolver os problemas dos emergentes. Tendo a perspectiva de não haver um conceito certo e outro errado,

⁹ Produção de conhecimento a partir dos conceitos.

¹⁰ Consequência da tessitura do discurso científico moderno. Esse, em particular na sua vertente estadunidense, legitima-se no reducionismo metodológico e ontológico, o qual distancia a razão científica do mundo e sua complexidade. (MASO; SELIS, 2014, p. 17).

mais sim de existir um diálogo entre estes, porém mais importante, entre eles e a realidade.

CAPÍTULO 2

REALISMO: WALTZ E SEU CONCEITO DE PODER

O poder é o elemento central na análise das Relações Internacionais para o realismo, “Uma das denominações da visão realista é precisamente *realismo de poder*” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 28). Coexistem diversos conceitos de poder dentro dessa corrente teórica. Enquanto alguns o definem como a somatória das capacidades dos Estados, outros, como Waltz, o entendem em termos relativos, portanto, não o conceitua a partir da relação do Estado com suas capacidades intrínsecas, mas sim da comparação de sua potência com a dos seus rivais. Compõe-se aqui capacidades intrínsecas como sendo força militar, política, econômica e tecnológica do ator, não se esquecendo que para os realistas e neorealistas, somente o Estado é um ator relevante das relações internacionais, além de ser unitário e racional.

A corrente realista busca explicar a realidade da forma que ela realmente é, ou seja, lida-se com mundo real, e não como ele deveria ser, sendo Nicolau Maquiavel, considerado por muitos, o precursor dessa forma de perceber a realidade¹¹. No entanto, há outros autores clássicos que os realistas se concentram, pois, estes também apresentam conceitos que são a base da teoria realista, são eles Tucídides e Hobbes. Visto que, Tucídides apresentou no decorrer do texto “História da Guerra do Peloponeso” dois conceitos: o primeiro, aquele que no futuro seria conhecido como anarquia internacional; e o segundo, gerado a partir desse, que é medo da não sobrevivência do ator. Já Hobbes destaca o conceito de estado de natureza, que será utilizado pelos realistas para analisarem o estado de anarquia no sistema internacional. E para finalizar, Maquiavel também enfatiza a importância do poder para a sobrevivência do Estado.

Entretanto, esse texto não tem como objetivo classificar os três autores clássicos, citados logo acima, como sendo teóricos realistas, o único

¹¹ Essa afirmação é realista e tem como propósito de desqualificar as outras abordagens teóricas, tratando-as, assim, como “ingênuas”, para, desta forma, se tornar a legítima porta-voz da realidade.

intuito é apresentar algumas de suas ideias que foram incorporadas pela corrente realista. Para melhor esclarecimento, o autor R. B. J. Walker observa

Podemos entender a relação poderosa, porém amplamente não reconhecida, entre teorias de Relações Internacionais e teorias de modernização, e, portanto, o que está em jogo na identificação equivocada de Hobbes como um arquétipo realista político. (WALKER, 2010, p.10).

Inicialmente, temos que ter em mente que o conceito de poder nesse trabalho não se refere ao poder que o homem exerce sobre a natureza, ou aos meios artísticos, ou meios de produção e consumo, ou até mesmo sobre a si próprio, por meio do autocontrole, mas constitui o controle do homem sobre outros homens, intervindo nesses últimos no seu modo de pensar e agir. Sendo esse tipo de poder, chamado poder político. “Por poder político, referimo-nos às relações mútuas de controle entre os titulares de autoridade pública e entre os últimos e o povo de modo geral” (MORGENTHAU, 2003, p. 51).

Waltz afirma que o poder é a capacidade de influenciar o sistema internacional mais do que ser influenciado por ele. Esse mesmo conceito de influência é usado por outros atores para referir à capacidade dos Estados de influenciarem outros Estados mais do que serem influenciados por eles. Por outro lado, enquanto Morgenthau afirma que os Estados procuram o poder visando à manutenção do *status quo*, à expansão ou ao prestígio, Waltz define o poder como um meio para garantir a sobrevivência e a segurança. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 29).

Coexistem assim, variações do conceito de poder dentro da teoria realista. Como já foi dito anteriormente, este trabalho tomará como alicerce o conceito de poder apresentado por Waltz, pois o mesmo apresentou uma inovação para as Relações Internacionais, já que sua teoria conseguiu explicar e fazer previsões de ocorrências da área, tendo sempre como apoio as origens, premissas e influências do realismo, levando assim sua teoria ser nomeada como neorrealista. No entanto como ela prova uma análise estrutural da política internacional, também pode nomear-se de realismo estrutural (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Waltz desenvolveu uma percepção sobre o ambiente internacional, que possibilitou as Relações internacionais serem pensadas como uma área científica, que englobasse e renovasse o discurso realista, propagando, assim, a noção de estrutura política internacional¹², a qual chocava-se com o ideal

¹² Ler “O homem, o estado e a guerra” de Kenneth Waltz.

pluralista do realismo clássico, sendo o ambiente internacional interligado aos demais setores do Estado (economia e políticas domésticas), portanto não se possuía uma abertura estrutural que afastasse o ambiente internacional, para que esse pudesse ser compreendido por si só.

O neorealismo buscou apresentar-se como solução teórica para as falhas metódicas do pensamento clássico. Para tanto, fez-se uso de uma epistemologia racionalista, e dos critérios de cientificidade decorrentes, encarados como expressão de processo intelectual. (Seles, 2011, p. 70).

Sendo que, ao conceituar as estruturas político-internacionais, Waltz institui que elementos atribuídos às unidades devam ser afastados. No entanto, a distribuições de capacidades são incorporadas para tal definição, o que pode parecer incoerente, pois as capacidades estão relacionadas às unidades, contudo os Estados são posicionados um em relação ao outro, conforme seu poder, de modo que este advém devido à comparação das capacidades entre as unidades. Ou seja, “a distribuição das capacidades não é um atributo de uma unidade circunscrita, mas um conceito de sistema alargado” (WALTZ, 2011, p. 138).

Entretanto, as distribuições de capacidades também afetam o sistema político-internacional, de forma que se o número de grandes potências dentro do sistema anárquico muda, a sua estrutura política também muda. Sendo que essas mudanças geradas no sistema transformam os comportamentos dos Estados e conseqüentemente também alteram os resultados que serão produzidos pelas interações desses. Portanto, as diferenças entre Estados, ou unidades semelhantes não estão em suas funções, mas sim nas capacidades que possuem, em suma, são parecidos nos papéis que desempenham, embora não detenham as mesmas capacidades para exercerem.

Chamar aos estados «unidades semelhantes» é dizer que cada estado é parecido com todos os outros estados enquanto unidades políticas autônomas. É outra forma de dizer que os estados são soberanos. (WALTZ, 2011, p. 135).

Segundo Waltz, dizer que um Estado é soberano não significa afirmar que este possui a aceção de proceder como o mesmo deseja, ou de não sofrer influência por parte dos outros Estados, ou de ele ser sempre apto a obter aquilo que quer. Pelo contrário, ser soberano é ser pressionado por todas as outras unidades que o rodeia, e ser quase sempre incapaz de fazer o que gostaria, e

muitas vezes obrigado a agir de modo que preferiria evitar. Ademais, para o autor, soberania e dependência não são ações antagônicas, pois uma unidade soberana pode estar sujeita aos efeitos das condutas de outras unidades. Portanto, o sentido de ser soberano é de decidir de qual maneira se lidará com as adversidades internas e externas por si próprio, incluindo a busca, ou não, por subsídio de outros atores.

Os estados não são e nunca foram os únicos actores internacionais. Mas, de qualquer forma, as estruturas são definidas não por todos os actores que florescem dentro delas mas pelos mais importantes. (WALTZ, 2011, p. 132).

À vista disso, precisa se dizer que Waltz reconhece a existência de outros atores, porém para ele somente os Estados possuem poder suficiente para definir o ambiente no qual se encontram todos os atores, sejam eles Estados ou não. Pois, são os atores estatais que decidem o grau e o tempo de interferência que eles farão nos assuntos de outros atores não estatais, além dos primeiros serem quem estabelecem as condições das relações com os últimos, podendo ser de forma passiva, permitindo o desenvolvimento de regras informais, ou ativa, mudando regras para melhor atender seus interesses. Ou seja, quando for necessário serão os Estados a alterarem as normas as quais os outros atores atuam. “Podemos ser surpreendidos pela capacidade de estados fracos impedirem a operação de corporações internacionais fortes e pela atenção que as últimas prestam aos desejos dos primeiros” (WALTZ, 2011, p. 134).

Considerando agora o comportamento dos Estados, conforme Waltz, estes são afetados pela estrutura que os cercam, pois, a mesma é aquela que define o jogo que precisa ser ganho e qual é o tipo de jogador que terá mais probabilidade de se tornar grande potência. Para melhor compreensão precisa-se perceber que a estrutura constrange os Estados e, entender também, que ela recompensa certos tipos de comportamentos e penaliza outros. Por conseguinte, a estrutura que os envolvem pode garantir aos Estados, que possuem mais poder, induzirem o comportamento de outros por meio de suas interações. Contudo, forçar um comportamento de outros Estados para que o sistema funcione não é necessário, porém modelos de estruturas que forçaram os atores, ou que se fizeram ser acreditados como sendo o modelo ideal pelos países fora do centro, possuem um desempenho mais satisfatório. Exemplificando, no

ambiente anárquico é a busca pela sobrevivência que impulsiona alguns atores, e suas ações por tal finalidade são as mais demandadas, ou seja, é devido à preferência pela sobrevivência de determinados Estados, que o comportamento esperado das unidades dentro da estrutura internacional é assegurar a sua preservação.

Eu assumo que os estados procuram assegurar a sua sobrevivência. A assunção é uma simplificação radical feita em nome da construção de uma teoria. A questão a colocar pela assunção, como sempre, não é se é verdadeira, mas se é mais sensível e útil que podemos fazer. (WALTZ, 2011, p. 130).

Diante disso, entende-se que nem todos os Estados possuem a sobrevivência como o principal propósito, e estes objetivos podem ser os mais distintos, “podem ir desde a ambição de conquistar o mundo ao mero desejo de serem deixados em paz” (WALTZ, 2011, p. 130). No entanto, para que qualquer intento do ator possa ser realizado, sobreviver é uma condição necessária, a não ser que a finalidade deste seja desvanecer-se como entidade política. Então, retomando os pensamentos citados de Tucídides e Maquiavel, que são utilizados para descrever um ambiente anárquico, onde não há garantia de segurança para os atores, o entendimento adotado por Waltz é que a busca pela sobrevivência é a base das ações estatais, e não sendo somente uma descrição realista para explicar o motivo que está por trás de cada feito do Estado. Pois, daquele modo reconsidera a condição que todas as ações dos Estados partem do princípio da sobrevivência, sendo que pode haver atos de certos Estados que não possuem a própria preservação como prioridade, por exemplo, preferir-se pela junção com outro ator a sobrevivência.

Conclui-se então, que nem todos os Estados estão em uma luta constante para adquirir mais poder, entretanto com a possibilidade de que alguns Estados possam se utilizar da força de forma que prejudiquem ou até mesmo eliminam outros, cria-se uma quase impossibilidade de resistência ao sistema competitivo. Deste modo, “o medo dessas consequências tão indesejáveis estimula os estados a comportarem-se de formas que tendem para a criação de balanças de poder” (WALTZ, 2011, p. 165).

Sendo a balança de poder considerada por muitos teóricos como a melhor garantia de segurança dos Estados, logo a protetora da paz no sistema, já outros acreditam que foi a principal responsável para a existência da maioria

das guerras no mundo, devastando assim os Estados ao decorrer do tempo. Contudo, para Waltz, esperar que pode-se esclarecer tal confusão do conceito é ser “quixotesco”¹³. A conjectura sobre os Estados na teoria da balança de poder, sendo estes unitários e egoístas, conforme já foi debatido antes, segundo Waltz, é que estes se utilizam ou tentam utilizar-se de meios disponíveis de forma a obter o que desejam do modo mais sensato possível. Sendo estes meios divididos em duas categorias de esforços, os internos – maneiras de conquistar maior capacidade econômico e militar; e aperfeiçoar estratégias – e os externos, busca para ampliar e intensificar alianças ou debilitar o adversário. Acrescentando a suposição de que se pode compensar a perda no campo externo com o fortalecimento dos esforços internos. Continuando então, a teoria se desenvolve devido à falta de um agente superior que regule o sistema, necessitando assim a coexistência de pelo menos dois Estados agindo no ambiente de autoajuda para que a hipótese seja analisada. “A teoria é, então, construída a partir das motivações assumidas dos estados e das ações que a elas correspondem” (WALTZ, 2011, p. 165).

Todavia o comportamento dos Estados que ocorrem dentro da balança de poder não pode ser entendida como *bandwagoning*, expressão que entende “aliar-se ao mais forte”. Pois os comportamentos e esforços dos Estados, quando analisados pela balança de poder com interesse de formar aliança, é destes trabalharem para buscar o aumento da sua própria força, para que ele não fique deficitário em relação aos demais, e se certificar que nenhum ator ganhará a posição de líder. Algo que para nosso autor é o oposto do que acontece no *bandwagoning*, pois aqui se deseja um líder, logo aliar-se ao mais forte pode trazer ganhos mesmo para os perdedores que se uniram com ele para garantir a sua vitória, nesse caso perder não põe a segurança em risco. Interação que não acontece na balança de poder, pois, após a vitória numa guerra a aliança tende a separação, os fortes não se aliam aos mais fortes de modo a buscar expandir seu poder aos demais Estados, mas sim se preparam para uma nova guerra procurando aliados que se interessam em cooperar do seu lado. Portanto, “se os actores políticos se equilibrarem uns aos outros ou se aliam ao mais forte (*bandwagoning*), depende da estrutura do sistema” (WALTZ, 2011, p.

¹³ Diz-se do que ou de quem é generosamente impulsivo; sonhador, romântico, nobre, mas um pouco desligado da realidade.

174). E sendo a estrutura do sistema internacional anárquica, o modelo de comportamento esperado dos Estados é a formação de alianças.

Vale Relembrar que na anarquia, a finalidade primordial é permanecer em segurança. Assim sendo, objetivos como tranquilidade, lucro e poder só são pretendidos após o ator se assegurar de sua sobrevivência. Pois o poder, para Waltz, é somente um meio eventualmente útil, não podendo se tornar o fim que o Estado persegue. Visto que aumentar o poder não proporciona o aumento da segurança, posto isso a preferência dos Estados é unirem-se à coligação mais fraca, de forma a contrapor o poder da aliança mais forte, de modo que se a última atrai para si todos os membros de maior força, arriscasse o surgimento de uma guerra, desencadeada pela coligação mais fraca, como forma de prevenção para os prováveis futuros ataques que receberão dos mais fortes. Portanto, se fosse a maximização do poder o intuito do Estado, veríamos estes unindo-se somente ao lado mais forte, formando então uma hegemonia mundial e, por conseguinte não havendo a busca por equilíbrio. Tal comportamento não acontece, pois, o mesmo é aliciado pelo ambiente, como dito no parágrafo anterior. “A primeira preocupação dos estados não é maximizar o poder, mas manter as suas posições no sistema” (WALTZ, 2011, p. 176).

Isto dá um bom exemplo de como a posição dos estados afecta o seu comportamento e até disfarça o seu carácter. Também apoia a proposição de que os estados equilibram o poder em vez de o maximizarem. Raramente os estados podem dar-se ao luxo de fazer da maximização do poder o seu objetivo. As relações Internacionais são um assunto demasiado sério para isso. (WALTZ, 2011, p. 176).

Seguindo conforme Waltz, a segurança ideacional, ponto de vista o qual ele não compartilha, de todos Estados está na distribuição igualitária de capacidades entre os Estados, condição que se construirá, então, um ambiente seguro para todos, no qual cada ator poderá se utilizar de suas próprias capacidades para cuidarem se si próprios, ou seja, terão ao menos meios mínimos de preservarem sua integridade. Sendo que para que existisse tal utopia, necessitaria de uma reforma de equilíbrio entre as unidades. Pois, o sistema que opera internacionalmente está envolto pelo desequilíbrio das capacidades entre os Estados, criando, deste modo, para o mesmo ponto de vista, a sensação de ameaça aos atores mais fracos, por conta da possibilidade das grandes potências almejarem mais poder, para conquistar mais controle.

Levando tal desejo também ser perigoso ao mais forte. Todavia, tal desigualdade é intrínseca ao sistema, removê-la não é possível, segundo Waltz. Bem como, “no pico do poder, não mais do que um pequeno número de estados alguma vez coexistiram aproximadamente iguais” (WALTZ, 2011, p. 183). E aos demais atores, ao se mensurar com estes, sempre desempenharam uma menor importância no ambiente.

Portanto, para o autor, pode parecer desejável, um ambiente contendo um amplo número de grandes potências, acompanhando o pensamento inicial do parágrafo acima, em razão de que não é possível a igualdade extrema a todos, porém o neorrealista estrutural presume que quanto menor é o número de grandes concorrentes mais estável é o sistema. Um conjunto de iguais ocasiona mais instabilidade, devido ao fato que um estímulo qualquer de um Estado poderoso repercute em todos. Fazendo uma relação com Hobbes, é como um Estado de natureza, no qual não há harmonia entre os atores. Contudo, mesmo não existindo garantia de segurança num ambiente de capacidades desiguais, Waltz conclui que ao menos a paz e a tranquilidade são possíveis alcançar.

Como então se pode mensurar o poder? A resolução dessa pergunta está em necessariamente estabelecer os alicerces das distribuições das capacidades entre as unidades (WALTZ, 2011). Para melhor entendimento, deve-se compreender que o poder não é mais homogêneo, ou seja, força militar, influência política e potencial econômico não estão mais intrinsecamente conexos para determinar as grandes potências, o que significa, para ser considerada uma superpotência, o Estado não precisa mais ser forte nas três categorias.

O músculo militar não garante influência política. Os gigantes econômicos podem ser militarmente débeis, e a força militar não ser capaz de obscurecer a debilidade econômica. Os países podem exercer influência política mesmo quando não têm nem força militar nem econômica. (KISSINGER, 1973 *apud* WALTZ, 2011, p. 180-181).

Estabelecer, então, os alicerces da distribuição das capacidades é classificar as capacidades de cada Estado e definir assim quais são as superpotências, em suma, é determinar quais atores são as grandes potências e em quais características de poder elas possuem mais força. Pois, como foi mostrado, dentro de uma nação não se necessita mais de uma capacidade

reforçando a outra, atentando-se assim as forças da unidade e não a suas fraquezas.

Centrando-se agora na identidade do poder, para Waltz, defini-lo como tendo a acepção igualitária a de controle tem certos equívocos, mesmo existindo alguns casos, no qual esta afirmação se encaixe. Contudo, quando se trata da política, determinar que o poder é a causa, ou seja, afirmar que somente é necessário o poder para alcançar-se o que busca é um erro pois, transforma o processo como sendo o resultado, o que, neste caso, não se faria necessário ao Estado desenvolver estratégias políticas e militares. Destarte, “o poder é uma causa entre outras, das quais não pode ser isolado” (WALTZ, 2011, p. 262), sendo assim, Waltz descarta a definição que era transmitida pelo poder dos Estados Unidos, a qual possui a ideia de que “o poder é então medido pela capacidade de conseguirmos que as pessoas façam o que nós queremos quando, de outra forma, não o fariam” (DAHL, 1957 *apud* WALTZ, 2011, p. 262). Pois, configura deste modo, medir o poder pela subordinação, não considerando, portanto, outras implicações, removendo assim, grande parte da política que também influencia a ação.

Se *A*, ao aplicar as suas capacidades, ganha a submissão desejada de *B* depende das capacidades e das estratégias de *A*, das capacidades e da contra-estratégias de *B*, e destes factores todos à medida que são afectados pela situação em questão. (WALTZ, 2011, p. 262).

Outra forma de conceituar o poder, o qual os Estados Unidos se baseavam, sendo este também rejeitado por Waltz, contudo utilizado de forma ordinária por outros autores, é definir que um fracasso (*A* não consegue fazer *B* agir da forma que *A* queria que *B* agisse) é um sinal de fraqueza, ou seja, perda de poder. Entretanto, ao tratarmos de política, um Estado influenciar outro Estado a formalizar uma ação que o primeiro Estados deseja, porém por meios determinados pelo segundo Estado, não pode ser definido como fraqueza, pois o desígnio de uma ação e a implicação desta dificilmente serão iguais, porque a resultante dessa ação passará por negociações, ou seja, será adaptada pela pessoa ou objeto sobre o qual pretende agir-se e regulada pelo ambiente onde a ação acontece (WALTZ, 2011). Devido a isso, Waltz permanece a proporcionar a antiga e simples noção “de que um agente é poderoso até o ponto que afecta os outros mais do que os outros o afectam” (WALTZ, 2011, p. 263).

Logo, se estabelecem ligações entre os conceitos acima, pois determinar o controle como sendo parte da definição de poder, institui perda de poder quando os anseios não são devidamente atendidos. Já, no enlaço dos conceitos apresentados por Waltz, o poder passa ser um elemento, impossibilitando assim a certeza do resultado final. Portanto, o poder deve ser medido em termos da distribuição de capacidades, e não definido pela força estatal do simples fato de o resultado ter atingido, ou não, exatamente o esperado (WALTZ, 2011). E ao se observar a realidade das grandes potências, com esta sensata definição de poder, segundo Waltz, pode se concluir que a utilização do poder pelos Estados fortes tem crescido ao longo dos anos.

Concluindo, como o controle não é o resultado esperado do poder permanece a questão: Qual seria sua função, então? O poder possui, segundo Waltz, quatro finalidades. Sendo já exposto durante o texto duas de suas atribuições, a primeira, “fornece os meios para mantermos a nossa autonomia face à força que os outros exercem” (WALTZ, 2011, p. 265). A segunda, quanto mais poder um Estado apresentar, maior será o alcance de suas ações, porém, lembrando, que os resultados das mesmas são indefinidos.

A terceira está relacionada a segurança, em razão dessa possuir maior cobertura aos Estados que detêm maior poder. Pois se relacionam com os atores dos quais não desfrutam da mesma quantidade de poder. Em virtude de que, os primeiros norteiam e influenciam os últimos, sendo que o inverso também ocorre, no entanto num menor grau. Ocasionalmente assim aos mais fortes o dizer do modo que será o jogo e como será jogado. Levando aos mais fracos, portanto, a apresentarem vidas mais perigosas: “Os estados fracos operam em margens estreitas. Actos inoportunos, políticas imperfeitas, e movimentos inoportunos podem ter resultados fatais” (WALTZ, 2011, p. 266). Já aos Estados com maior poder, como gozam de uma maior margem de segurança, podem ser mais desatentos, repetir ações, mesmo estas já tendo demonstrado ineficiência, porém o mais importante, dar-se ao luxo de possuírem tempo para analisarem e premeditarem a reação a ações que podem parecer ameaças a eles, essa indiferença, as intimidações, acontece porque somente algumas dessas ações conseguem com seriedade o prejudicar.

Para finalizar, a quarta finalidade do poder descreve que quanto maior o poder, maior será a participação de seu detentor no sistema que ele existe, e

a competência que o ator exerce para seu bem. Tornando-se, então, possível e valiosa a gestão internacional. Assim sendo em um ambiente de autoajuda, os ganhos relativos são mais desejados que os ganhos absolutos, estes por sua vez vão se tornando mais requisitado conforme se diminui a competição. Portanto quando se há equilíbrios entre as grandes potências e existe uma ampla desigualdade na distribuição das capacidades dentro do sistema, como no caso da Guerra Fria, “o interesse por ganhos absolutos pode substituir a preocupação com os ganhos relativos” (WALTZ, 2011, p. 267). Deste modo, os Estados mais favorecidos, na questão do poder, tendem a liderar, ou apoiar ações em grupos que beneficiam a todos, mesmo que os ganhos sejam desproporcionais.

CAPÍTULO 3

LIBERALISMO: KEOHANE E SEU CONCEITO DE PODER

O liberalismo volta a ganhar força, na década de setenta, no campo das Relações Internacionais por conta de dois autores e seu novo paradigma da política internacional. Keohane e Nye trabalharam juntos e publicaram dois trabalhos, o artigo *Transnational Relations and World Politics* (1971) e o livro *Power and Interdependence: World Politics in transition* (1977), os quais apresentaram a teoria da Interdependência, afirmando, assim, que a política Internacional estava se transformando, pois, o poder, sendo para os teóricos um conceito essencial, tinha ganho um comportamento mais elusivo.

Power can be thought of as the ability of an actor to get others to do something they otherwise would not do (and at an acceptable cost to the other actor). Power can also be conceived in terms of control over outcomes. (KEOHANE & NYE, 1989, p.11).

INTERDEPENDÊNCIA E PODER: UM NOVO PARADIGMA

A expansão de um “novo paradigma” de percepção da política mundial aconteceu por efeito das contribuições teóricas de Keohane e Nye na área, as quais difundiram-se por diversos ambientes acadêmicos nos anos 1970. Igualmente diversos teóricos do período criticavam o paradigma que prevaleceu durante as décadas passadas, o Realismo. Keohane e Nye asseguravam, em suas hipóteses, que o realismo não conseguiria explicar as novas realidades do sistema internacional, pois este último havia passado por profundas alterações em suas principais características, originando e desenvolvendo novas propriedades durante o período de pós-Segunda Guerra Mundial.

A partir de dicha crítica [...] los autores construyen otro "modelo ideal" e hipotético: el de la interdependencia compleja. Con este, Keohane y Nye intentan hallar respuestas y formular explicaciones en torno a una serie de hechos relacionados con la política internacional: los cambios operados en el sistema global; la transformación de los regímenes internacionales; y las implicaciones de la transición por la que atraviesan las relaciones internacionales para la política exterior de Estados Unidos. (TOKATLIAN; PARDO, 1990, p. 340).

A primeira alteração que esta nova teoria expôs é a requalificação da importância do Estado no sistema operante das relações internacionais, pois a centralidade que o Estado possui no Realismo transformou a análise do prisma político mundial em um estudo da disputa Leste-Oeste¹⁴, ou seja, foca-se somente num ângulo do sistema. Keohane e Nye não considerarem o Estado o único e exclusivo ator das RI, ou melhor, não o consideraram como sendo unitário. Portanto, para os institucionalistas, a compreensão mais completa desse ambiente internacional, está em incluir o poder que outros atores não-estatais dispõem na ordem da política mundial.

A sua segunda crítica aos realistas é sobre a relevância da influência interna do Estado a respeito da política externa do governo, pois, segundo os institucionalistas, existem vários interesses em jogo, diferentes tipos de pressões e distintos graus de influência que agentes sociais e políticos exercem no âmbito doméstico. Sendo essa influência perceptiva, e utilizada, portanto, por autores da corrente liberal, como Keohane, para compreender e explicar as ações e comportamentos dos principais atores que incidiram e participam das discussões mundiais. Por conseqüente, para os liberais, não há como analisar o espaço externo sem analisar a sua ligação com o interno.

O terceiro ponto que esta corrente teórica aborda é a correlação que existe, para esses teóricos, entre a política e a economia tanto na camada doméstica como na internacional, destarte não se pode segmentar tais áreas. "La politización de la economía y de la creación de un valor económico para los bienes políticos." (Morse¹⁵ *apud* Tokatlian; Pardo, 1990, p. 340). Palavras que Morse utiliza para se referir ao movimento que atores transnacionais tendem a afetar a sociedade moderna. Desta forma, a combinação formada entre os fenômenos políticos e econômicos e seus impactos, seja no ambiente interno, ou externo, não devem ser desconsiderados da realidade internacional. "Wealth and power are linked in international relations through the activities of independent actors, the most important of which are states, not subordinated to a worldwide governmental hierarchy" (Keohane, 1984, p. 18).

¹⁴ Leste-Oeste se refere à época da Guerra Fria, sendo, portanto, um exemplo da crítica desse período.

¹⁵ Edward L. Morse. "Transnational Economics Processes", Robert O. Keohane e Joseph S. Nye (eds.), op. cit., p. 47.

Legitimando, assim, para os liberais, a importância central que os elementos econômicos dispõem no ambiente político da interdependência, principalmente nas dimensões estratégicas e militares. Ocasionalmente, então, uma condecoração ao peso econômico, elevando-o a altura dos elementos considerados tradicionais como estratégico e militar, quando referente à problemática no âmbito internacional. Em suma, conforme os institucionalistas, o poder político possui a partir do período do pós-Segunda Guerra Mundial um novo fator para a distribuição do mesmo, o econômico.

Percebemos, por conseguinte, que o conceito apresentado de poder pelos realistas é rejeitado por Keohane e Nye, no modelo de interdependência complexa proposto pelos mesmos. Na qual, a equação realista, subentendida pelos autores liberais, que classificam o poder como sendo igual força militar é refugada. Criando, assim, uma abertura com intuito de debater uma designação do conceito de poder, logo, tal crítica também se estabelece nas consequências da definição realista, ou seja, condena a estrutura internacional especialmente delineada pelo conceito de poder dos realistas, a qual privilegia certos atores, além de dedicar-se muito a alguns temas enquanto ignora outros.

Para el interdependentista, no es posible comprender las transformaciones operadas en el terreno internacional con una apreciación tan rígida y sesgada del poder. Para él, es importante entender la diferencia entre poder real y poder potencial, entre poder como relación y poder en términos de la obtención de resultados, entre poder como conjunto de recursos y posibilidades y su realización efectiva a nivel de logros concretos. (Tokatlian; Pardo, 1990, p. 348).

Percebe-se então que o conceito de poder, na visão de Keohane, passa por uma crítica semelhante à análise da estrutura internacional, de que o realismo não é capaz de se apoderar da toda a natureza multidimensional do componente em questão. Pois, para o autor institucionalista, necessita-se compor o contexto atual e histórico do poder para o definir. No entanto, a semelhança dita, acima, não é pura coincidência, visto que o sistema internacional é diretamente influenciado pelo poder. Pois, ao desconsiderar o Estado como sendo irracional e unitário, definição essa já apresentado no texto, suas ações não são previsíveis, pois não buscam somente aumento do poder e privilégio. Desta forma, Keohane, Nye e diversos autores presumem a existência de diversos atores, com naturezas distintas e possuindo diferentes recursos e

graus de poder. Esse novo modelo da política mundial, observada por Keohane, a qual fragmenta o sistema internacional, abre espaço para a cooperação e interdependência, não pressupondo somente um predomínio de interações estatais em conflitos permanentes, e que estas relações interestatais não sejam necessariamente e automaticamente reduzidas somente ao poder militar.

Existen múltiples canales de interconexión e interpretación entre las sociedades. En el estudio de la política mundial deben agregarse las vinculaciones entre las burocracias y entre distintos agentes no estatales que, en forma creciente, participan más activa y decididamente en el proceso internacional. En general, los análisis de la realidad global deben incluir el papel de las relaciones transnacionales, producto de una expansiva internacionalización económica. (Tokatlian; Pardo, 1990, p. 349-350).

REDEFINIÇÃO DO PARADIGMA

Institucionalistas e realistas utilizaram o pós-Segunda Guerra Mundial como um suporte de suas teorias. Os primeiros se basearam neste período pelo fato que interpretavam os acordos internacionais de comércio e fundos econômicos como uma resposta à necessidade de uma política coordenada criada por causa da interdependência. Estes acordos, chamados por eles de “regimes internacionais”, continham normas, regras, princípios e procedimentos de tomada de decisões. Já os últimos explicavam estes regimes como uma construção do poder estadunidense, pois estes apresentavam como base os princípios defendidos pelos Estados Unidos, sendo também os EUA essenciais para a criação e a manutenção desses, segundo os realistas¹⁶. Em outras palavras, os regimes do pós-guerra demonstravam a hegemonia norte-americana.

Contudo, depois dos anos 60, o domínio estadunidense foi pressionado pelo aumento da união entre os países da Europa, bem como pela sua recuperação econômica e pelo rápido crescimento econômico do Japão. E, é neste período, para o ponto de vista dos institucionalistas, que a crescente necessidade de uma coordenação política, criada pela interdependência, deveria ter conduzido a mais cooperação entre os Estados. Já pela visão realista, a

¹⁶ Keohane não desvaloriza inteiramente a importância dos EUA, enquanto ator hegemônico, na construção e sustentação dos regimes internacionais, pois, pode ser observado a noção de hegemonia incorporada implicitamente na sua definição de poder.

difusão de poder deveria ter prejudicado a capacidade de algum Estado criar ordem. No entanto, a interdependência continuou a crescer, como também o envolvimento do Estados Unidos na economia mundial acelerou depois dos anos 1970. Sendo assim, as duas teorias foram refutadas, devido a quase estagnação da cooperação e a permanência de um Estado gerador de ordem.

As American economic preponderance eroded between the 1950s and the 1970s, major international economic regimes came under pressure. Thus far Realist expectations are met. Yet the changes in these regimes did not always correspond to the shifts in power, and the decline of American hegemony did not lead uniformly to the collapse of regimes. Cooperation persists and, on some issues, has increased. Current patterns of discord and cooperation reflect interacting forces: the remaining elements of American hegemony as well as the effects of its erosion, the current mixture of shares and conflicting interests, and the international economic regimes that represent an institutional legacy of hegemony. (Keohane, 1984, p. 14-15).

Os sinais do enfraquecimento na eficácia dos esforços para a cooperação na política econômica mundial desde o final dos anos 1960, combinado com o poder estadunidense e regimes internacionais¹⁷ perdendo força (sendo a perda americana superior, em proporção), levaram à contestação da versão ingênua da fé institucionalista da interdependência, predita por Keohane e Nye, como a solucionadora de conflitos e criadora de cooperação no ambiente internacional. Contudo, este fato não prova que somente a ênfase realista do poder como o criador da ordem é válida.

It might be possible, after the decline of hegemonic regimes, for more symmetrical patterns of cooperation to evolve after a transitional period of discord. Indeed, the persistence of attempts at cooperation during the 1970s suggest that the decline of hegemony does not necessarily sound cooperation's death knell. (Keohane, 1984, p. 9).

Logo, para Keohane, passada a crença na interdependência, a teoria realista procura prever o comportamento internacional somente com base no interesse e poder, os quais são importantes, porém insuficientes para entender a política mundial. De forma que, teóricos realistas precisam ser complementados e não substituídos por teóricos que enfatizam a importância das instituições internacionais. Pois, mesmo se compreendermos

¹⁷ São definidos como princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões ao redor dos quais as expectativas dos atores convergem em uma dada área-tema. (Krasner, 2002, p. 83).

completamente os padrões de poder e interesse, o comportamento dos Estados e de outros atores transnacionais podem não ser totalmente entendidos sem o contexto das ações institucionais.

Descrevendo melhor, características fundamentais da política mundial, tais como a distribuição de poder dentro do espaço internacional e os comportamentos dos atores estatais ou não, podem se atentar aos regimes como intermediários, ou "intervening variables" (Keohane, 1984, p. 64). A incorporação dos regimes no sistema da interdependência contribui para o entendimento da cooperação e do desentendimento entre atores, além de que para termos essas compreensões não precisa exigir um idealismo por parte dos agentes integrantes do sistema político mundial. Mas sim acontece o inverso, regimes causam decorrências no comportamento dos atores devido a suas regras e normas, mesmo que os atores não incorporarem tais ideais, são empregados pelos Estados e corporações transnacionais em processo de uma mútua adequação.

We understand the creation of regimes as result of a combination of the distribution of power, shared interests, and prevailing expectations and practices. Regimes arise against the background of earlier attempts, successful or not, at cooperation. (Keohane, 1984, p. 14).

Diante disso, Keohane discute sobre a conjectura da estabilidade hegemônica, a qual quando aplicada na política econômica mundial define hegemonia como predomínio de recursos materiais. Sendo quatro conjuntos de recursos especialmente importantes. Poder hegemônico deve ter controle sobre matérias-primas, controle sobre a fonte de capital, controle sobre o mercado e vantagens competitivas na produção de bens de grande valor (KEOHANE, 1984).

[...] we need to clarify the relationship between this analysis of hegemony in the world political economy and the question of military power. A hegemonic state must possess enough military power to be able to protect the international political economy that it dominates from incursions by hostile adversaries. (Keohane, 1984, p. 39).

Diferente do modelo básico de força bruta, a versão refinada da teoria da estabilidade hegemônica não afirma automaticamente uma ligação entre poder e liderança. Hegemonia é definida como uma situação no qual o Estado é poderoso suficiente para assegurar as regras essenciais que governam as

relações interestaduais, e está disposto a fazer isso. Essa estrutura interpretativa mantém o foco no poder, porém tem um olhar mais sério para as características internas de um Estado forte, do que a teoria do poder bruto. Portanto, este novo olhar assume que outros fatores também são importantes, além da força desempenhada pelo poder do Estado hegemônico projetada no exterior, como as atitudes domésticas, estruturas políticas e processos de tomadas de decisões.

[...] Only the crude version of the theory of hegemonic stability offers nontautological explanations of changes in international regimes on the basis of changes in the distribution of world power. The refined version of the theory does not make such predictions and should be considered not a theory but merely a framework of ideas that is useful for description and interpretation but not for explanation. [...] when I refer simply to the theory of hegemonic stability, I am referring to the crude basic force model, which in its most highly aggregated form attributes recent changes in international regimes to the decline of American power. (Keohane, 1984, p. 195).

Analisando, então, a política econômica internacional, a partir do ponto de vista histórico da cooperação hegemônica, três questões mais generalizadas são fomentadas: a relação entre interdependência e poder; complicações para preservar a hegemonia; e as características provenientes da ligação entre hegemonia e regimes internacionais adjunto às formas de cooperação.

A primeira questão que Keohane busca responder é que, embora as décadas de 1960 e 1970 tenham favorecido as teorias da interdependência complexa apresentando um aumento de atores transnacionais, multinacionais e intergovernamentais nas relações internacionais, além de reprovar o uso da força pelos Estados como um meio de influenciar outros atores, e ainda se observou a aproximação das economias domésticas e internacional, “illustrated by the Emergency Oil Lift Program of 1956-57” (Keohane, 1984, p. 177-178). Não se pode equivocar e dizer que o poder tenha sido eliminado da política econômica mundial, devido a estes padrões da interdependência. Pois, ele conclui que a interdependência complexa agrupada com a atenção fornecida pelos Estados Unidos à política econômica ocidental, recuperou a força americana dos setores industrial e financeiro, deixando-os tão forte quanto os poderes militar e político do mesmo.

The Cold War legitimated U.S. leadership, but the ability of the United States to carry out its strategy of redistribution depended on its own previous measures to control and exploit oil supplies abroad as well as to ensure the central position of the United States in multilateral trade and monetary regimes. (Keohane, 1984, p. 178).

Seguindo para seu segundo ponto, o qual argumenta sobre a preservação hegemônica. Segundo ele, ator hegemônico deve recriar, em seu entorno, suas próprias condições de permanência no comando, sendo esta, a estratégia que o mesmo deve possuir para, que a longo prazo, seja bem-sucedido. Sendo que para essa estratégia se concretizar, ela deve gerar força, ou seja, para que a estratégia funcione a base nacional, ou melhor dizendo a população doméstica, deve estar de acordo com a liderança governamental, ou se não a hegemonia entra em crise. “From this perspective, the failure of U.S. foreign policy lay not in American leaders' attitudes toward international cooperation, but in their inability to implement their preferred policies in the face of domestic political constraints.”¹⁸ (Keohane, 1984, p. 178-179).

Portanto, chegando agora no seu terceiro problema, a natureza da hegemonia em relação à cooperação, deste modo o autor explica que quanto mais força o Estado possuir, menos será sua sensibilidade no ambiente da interdependência, logo dispendo de um tempo maior para se ajustarem ao sistema, caso seja sua escolha. Sendo assim, para ele, os Estados Unidos adquiriram tais habilidades, chamando, assim, de “disease of the strong” (Keohane, 1984, p. 179), tendo como uma tradução livre a “doença do forte”, o que seria a recusa de se ajustar. Capacidades que Estados fracos não possuem, seja a de se deve mudar ou a qual velocidade irá mudar.

Entretanto, os Estados Unidos e sua política hegemônica conseguiram, estrategicamente, harmonizar tanto hegemonia quanto a cooperação, revelando, desse modo, que ambos princípios são complementares e não inconciliáveis. Coexistiu, portanto, nos anos do Pós-Segunda Guerra Mundial, ou seja, nos anos da Guerra Fria, a hegemonia americana e a vasta cooperação, cuja mudanças na política internacional, ocorreram sem precedentes, ao decorrer de períodos de paz, com países independentes. “The

¹⁸ Corresponde à tentativa frustrada da formação de um regime internacional de petróleo entre outras ações.

monetary and trade regimes built in the 1940s and 1950s rested on mutual interests as well as on American power” (Keohane, 1984, p. 179).

Keohane termina dizendo que regimes internacionais são capazes de fortalecer os efeitos hegemônicos de um ator, desde que este permaneça unitário, regimes intergovernamentais não apresentam força hegemônica, mas sim uma divisão de poder. Visto que para os realistas, a distribuição de poder estabelece, portanto, o exercício das instituições internacionais, ou seja, a hegemonia pode suprir a necessidade de surgimento de regimes internacionais, e o enfraquecimento da mesma pode buscar nos regimes internacionais uma saída política. Mesmo que, a ênfase realista, não apresenta os regimes internacionais como uma solução do declínio hegemônico para os Estados, eles alegam que os regimes podem ser o meio mais eficaz de reduzir as incertezas e estimular acordos que beneficiam a todos envolvidos.

Portanto, para finalizar, a concepção de poder, ao olhar liberal de Keohane, se transmuta quando se tem a admissão da interdependência, porque essa tende a ser como “uma fonte de influência para os atores quando se relacionam, podendo restringir sua autonomia” (ESTRE, 2011, p. 25).

O poder, conceito fundamental para teóricos, analistas e *policy makers*, havia se tornado mais elusivo, seu cálculo mais delicado, nebuloso e que, tanto em termos econômicos, tecnológicos ou valorativos, o mundo havia se tornado interdependente em intensidade até então não observada. (ESTRE, 2011, p. 19).

CAPÍTULO 4

CONSTRUTIVISMO: WENDT E SEU CONCEITO DE PODER

A abordagem construtivista é um modelo de raciocínio e não simplesmente uma teoria. Pode-se observar múltiplas ramificações construtivistas e dentre elas encontram-se pontos de intersecção entre os autores, sendo o principal desses pontos, a importância das ideias no enfoque dos estudos das Relações Internacionais. Estas podem ser “entendidas na forma de regras, identidades e outras categorias e conceitos afins” (WENDT, 1994 *apud* RIBEIRO, 2011, p. 2). Como sinaliza um evidenciado autor construtivista, existem

Dois princípios básicos do “construtivismo”: (1) que as estruturas da associação humana são determinadas sobretudo por ideias compartilhadas, e não apenas por forças materiais, e (2) que as identidades e os interesses dos atores internacionais são construídos por essas ideias compartilhadas, e não dadas pela natureza (WENDT, 1999, p. 17).

Portanto, o foco do estudo dessa corrente teórica é demonstrar como o mundo em que vivemos foi constituído pelas ideias e como ocorre esse método de constituição. Devido a isso o construtivismo tem como umas das suas principais questões compreender qual é o papel das ideias na vida social. “A resposta oferecida pelo construtivismo afirma que as questões materiais – como o significado do poder ou o conteúdo dos interesses – são, em grande parte, função de ideias” (TOLOSSA, 2004, p. 18). Nesse sistema, então as ideias compõem a base material, deixando-se assim as forças materiais e seus efeitos num segundo plano, pois a distribuição de ideias é o elemento primordial na política internacional para os construtivistas. (TOLOSSA, 2004). Posto isto, “o construtivismo trata, do ponto de vista epistemológico, sobre a construção social do conhecimento e, do ponto de vista ontológico, sobre a construção da realidade social” (GUZZINI, 2013, p. 377)

Em meio à diversidade construtivista, esse trabalho estuda o posicionamento de Alexander Wendt, considerada como uma “via média” ou uma versão “moderada”. Tal classificação se justifica, porque além de estabelecer convergências entre os pensamentos positivistas e construtivistas e a releitura

do debate formado por eles, Wendt também fornece críticas, ao que se refere como os ideacionistas radicais¹⁹, por não buscar somente promover o poder das ideias, e aos intitulados materialistas, por não se utilizarem apenas de fatores materiais para explicar a realidade.

Em seu livro Teoria Social da Política Internacional – TSPI, Wendt (1999) do mesmo ser antropomorfizado pelo autor, tendo características de racionalidade, intencionalidade, interesse, entre outros (RIBEIRO, 2011). Deixando assim claro que sua teoria não é, por toda, crítica aos materialistas, mas sim à importância que estes autores designam às ideias, consideradas fatores irrelevantes, ou somente elementos secundários para promover influência na política internacional.

Assim sendo, concentra-se sobre os conceitos de poder e interesse nacional sua crítica mais acentuada aos positivistas, principalmente aos realistas. O que não significa que Wendt rejeita a importância do poder e do interesse nacional, mas sim pela aceitação *a priori*²⁰, a qual se acredita que os efeitos originados por eles, seriam adversos das causalidades decorrentes das forças não materiais, ou seja, para os autores positivistas os eventos gerados a partir do poder e do interesse nacional não estão conectados com as ideias. No entanto, na visão sustentada por Wendt, as decorrências de elementos materiais também são compostas, em certa medida, por ideias (RICHE, 2012).

A estrutura decorrente das ideias não somente constitui identidades e interesses, como também configura as expectativas sobre o comportamento dos demais atores, a ponto de poder tanto criar caminho para a obtenção de soluções comuns quanto influenciar a percepção do outro como uma ameaça. Enquanto o materialismo é normalmente associado a relações de causalidade, o idealismo é normalmente associado a relações de constituição. A falta de clareza entre efeitos causais e efeitos constitutivos seria, de acordo com Wendt, o principal motivo de abordagens equivocadas sobre a relação entre forças materiais e ideias ((WENDT; 1999 *apud* RICHE, 2012, p. 26).

Soma-se a essa visão crítica de Wendt acerca dos olhares débeis para a relação entre forças materiais e ideias, sua observação que os estudos sucedidos à Segunda Guerra Mundial tinham grande parte de sua teoria sobre política internacional, assentada no poder e no interesse nacional. Logo, Wendt

¹⁹ Promovem somente as ideias, portanto não se utilizam de fatores materiais em suas hipóteses.

²⁰ Por dedução, a partir de elementos prévios.

o institui para ampliar o significado de tais conceitos, pois o entendimento básico constituído ao poder é dado pela capacidade militar e o do interesse, se entende como o desejo egoísta de poder, segurança ou riqueza. Essas compreensões normalmente são associadas ao realismo, devido ao seu reconhecimento da importância do poder e do interesse na política internacional (WENDT, 2014). Entretanto há um novo elemento que entra em discussão para Wendt, as “ideias”.

Seguindo esta lógica de raciocínio, “A premissa de que a natureza da política internacional é moldada por relação de poder é invariavelmente listada como uma das características definidoras do realismo” (Wendt, 2014, p.128). Contudo a maioria dos teóricos das Relações Internacionais concordam com esta premissa, conseqüentemente não pode ser uma alegação exclusiva realista. Portanto, a forma como é definido poder dentro das teorias, é a melhor maneira de diferenciá-las. Assim sendo, as hipóteses idealistas acreditam que são as ideias e contextos culturais que constituem principalmente o poder. De forma que Wendt realiza um debate com os realistas, pois os mesmos defendem que as forças brutas são as principais constituintes dos efeitos do poder.

O modelo apresentado por Waltz tem como embasamento teórico um modelo implícito de “distribuição de interesses”, porém o mesmo apenas busca analisar o que pretende explicar. Tendo em vista que o interesse utilizado neste contexto, por Waltz, é por si só algo material, não viola, portanto, o princípio básico do neorealismo, mas sim pode ser visto como uma forma de complementação da teoria realista. No entanto, interesses são ideias, o que leva o argumento da distribuição de interesses agregar importância a um “objetivo subversivo” (WENDT, 2014).

Por fim, tendo mostrado que as hipóteses de Waltz sobre poder material dependem de suposições sobre interesses/ideias, lembro ao leitor minhas premissas do realismo científico ao defender o materialismo simplório em que as capacidades materiais têm alguns poderes causais intrínsecos. É a relação destes com os interesses – e ideias compartilhadas ou cultura – que determina a qualidade de vida internacional. (WENDT, 2014, p. 129)

Devido ao modo de Wendt procurar complementar a teoria de Waltz, ele tem a mesma como base para sua teoria, não sendo por acaso que seu livro se chama “*Social Theory of International Politics*”, o qual parafraseia o livro de

Waltz “*Theory of International Politics*”, portanto para se compreender a hipótese do autor construtivista analisado aqui, precisa-se ter em mente como ele interpreta a análise de Waltz. Além do mais, Wendt entende que toda teoria estrutural necessita ao menos formular três premissas para ser capaz de produzir previsões, sendo estas “premissas sobre a natureza da estrutura, sobre a motivação dos agentes e sobre o caráter do processo que conecta os elementos” (WENDT, 2014, p. 129), por conseguinte isto se aplica ao neorrealismo.

A natureza da estrutura é conceituada por Waltz ao longo de três dimensões, (1) princípios ordenadores são os elementos da estrutura que se referem à forma que os princípios são organizados, baseados em uma relação de igualdade ou superioridade. Assim, no ambiente interno dos Estados as unidades são organizadas hierarquicamente, diferente do sistema internacional contemporâneo, o qual seus componentes possuem a mesma soberania, “e o princípio ordenador é, portanto, anárquico” (WENDT, 2014, p. 130). Para os neorrealistas a anarquia é a constante a partir da qual a política internacional se orienta. Contudo, se reconheça que a anarquia gera certas consequências, as quais “não explicam as variações em termos de resultantes²¹” (WENDT, 2014, p. 130). Ou seja, mesmo a anarquia gerando certos comportamentos nos Estados, ela por si só não explica, segundo Wendt, as atitudes tomadas pelos os mesmos.

As funções exercidas pelas unidades do sistema são definidas pela (2) caracterização das unidades. Dentro do sistema doméstico, existem diversas funções desempenhadas pelas suas próprias unidades, exemplificando: o setor responsável pela defesa interna do Estado procurará promover a mesma, enquanto outros setores promoverão outras necessidades da unidade. Entretanto, no ambiente externo, todos os Estados realizam o mesmo papel - ordem interna, defesa externa. Altera-se a capacidade e outros atributos que os Estados exerce, porém não se modifica o funcionamento.

Por último, a (3) *distribuição de capacidade* refere-se ao poder material no sistema, sendo este uma forma de recurso que pode ser concentrado, pois é constituída principalmente de forças econômicas e militares,

²¹ Soma de duas ou mais forças que atuam sobre um corpo, fazendo-o mover-se em uma direção definida.

logo os Estados possuem parcelas desproporcionais, desta maneira as unidades com a maior centralização são conhecidas como polos.

Como a anarquia é uma constante e a diferenciação funcional ficou de fora, é essa dimensão que constitui variações na estrutura interna e gera resultantes diversas. Embora a distribuição de capacidades é um conjunto de atributos da unidade, é também uma propriedade do sistema como um todo, com efeitos que não podem ser reduzidos ao nível de unidade. (WENDT, 2014, p. 130).

Waltz também utiliza o argumento de que os atributos dos Estados não pertencentes às competências materiais, não devem ser avaliadas na definição de estruturas, como é o caso da ideologia, da belicosidade ou da forma da relação entre os Estados. Quanto à avaliação da estrutura do mercado, Waltz argumenta que apenas a quantidade e o tamanho das empresas importam, e em política internacional, só se leva em consideração a quantidade e o poder dos Estados. Por tais motivos que a teoria de Waltz é considerada materialista.

Waltz, ao elaborar sua teoria, se concentra no nível de análise estrutural, deixando assim pouco espaço na sua teoria às variáveis pertencentes ao Estado, como é caso da “política doméstica, das motivações dos agentes estatais ou do caráter do processo de integração entre os Estados” (WENDT, 2014, p. 131). Todavia, Waltz, mesmo não ponderando em sua afirmação as variantes que unidades assumem, formula hipóteses sobre os agentes e processos, pois sem tais hipóteses sua teoria explicaria os Estados em inércia.

Uma dessas suposições é mostrar que a estrutura internacional possui certos efeitos, mesmo que não haja nenhuma tensão vinda por parte dos Estados. Sendo assim, duas premissas desenvolvidas por ele buscam mostrar esta movimentação criada pela anarquia, sendo uma delas a de que a maior preocupação dos atores (os Estados) é a sua segurança, pois antes que se possa atentar a outros objetivos, necessita-se garantir de sobrevivência. Essa visão do autor refuta a visão de teóricos do realismo clássico, os quais pressupõem que os Estados buscam a maximização do poder com a finalidade de possuírem mais poder, além de se mostrar crítico ao idealismo, ao colocar em sua premissa que as intenções dos Estados não interessam aos analistas da política internacional. Observando esta premissa de Waltz, percebe-se que ela não menciona as relações estatais enquanto os atores pensam em segurança, “deste modo, é logicamente compatível com um sistema de segurança coletivo,

e não competitivo” (WENDT, 2014, p. 131). E ao formular a segunda premissa, de que os Estados seriam egoístas e “autorreferentes”, deixa mais evidente tal suposição, pois ao ligar essa premissa com a anarquia, nota-se que a segurança desejada pelos Estados não existirá se estes não buscarem para si próprios, mesmo esta segurança tendo imperfeições, implica-se que o sistema internacional é no final de tudo é um sistema de “autoajuda”.

No entanto, o motivo da relação aqui posta entre poder e segurança procede do equilíbrio do poder, que predomina nos Estados, sendo esta uma das hipóteses mais importantes para Waltz. Devido à falta de um Leviatã no sistema anárquico, os Estados não possuem alguém ou algo para resolver suas questões de segurança, e como a busca pela segurança é sua principal preocupação, como foi dito no parágrafo anterior, resta somente a um Estado nivelar sua capacidade de poder aos demais, pois esta é a maneira mais prudente de afastar agressões futuras, e, portanto, garantir sua sobrevivência. Este equilíbrio de poder pode ser dado por duas formas, equilíbrio interno e externo, sendo, respectivamente, pela ampliação de seu próprio poder, ou pela formação de alianças, para o caso da força doméstica ser insuficiente.

Contudo, se visualizado para além da anarquia e da distribuição de poder, enxerga-se que muitas dessas funções atribuídas, pelos realistas, aos dois conceitos, acontecem ou existem apenas por fatores pressupostos do sistema. Sendo que para Wendt a primeira maneira de expor tal pensamento está na “distribuição de interesses” no sistema, fator este, que tanto neorrealistas, quanto construtivistas trabalham em suas estruturas teóricas. A “distribuição de interesses” no sistema é defendida por muitos autores (Stein, Wendt, Schweller e Moravcsik), como sendo essencial para as conclusões de Waltz. Não se tem um choque no realismo, pois se entende que forças materiais são os constituintes de tais interesses, entretanto Wendt argumenta “interesses, na verdade, são ideias” (WENDT, 2014, p. 136), criando assim uma fissura com o realismo.

E sua segunda forma de apresentar este argumento estaria nas construções culturais em nível de sistema, ou seja, seriam ideais compartilhados que criam normas, instituições, sistemas de ameaças, entre outros. “Isso constitui o significado da distribuição de poder, tanto constituindo a percepção

dos Estados em relação a essa distribuição, quanto constituindo suas identidades e interesses” (WENDT, 2014, p. 136).

Wendt, então, observa que a teoria de Waltz pode ser analisada de forma que a função implícita da distribuição de interesses seja percebida. Isso acontece ao serem decompostas suas premissas de que o objetivo primordial dos Estados é a busca por segurança e que os mesmos são egoístas. Sendo que, Wendt concorda com a forma de pensamento de Schweller, o qual concorda com os realistas, não se discute a sobrevivência dos Estados, porém para ele (Schweller) a busca pela sobrevivência de Waltz significa que os Estados estão buscando preservar o que já possuem, e não estão querendo ganhar mais, seja este ganho por conquista territorial ou interferindo-se nas regras do sistema.

Deste modo, Waltz está utilizando para suas hipóteses Estados virtualmente satisfeitos, ou *status quo*, pois para os mesmos o poder é um meio e não um fim, assim sendo, a busca pelo poder cessará quando a necessidade segurança for satisfeita. Transformando assim, a psicologia adotada pelos realistas clássicos, de que os Estados são por natureza agressivos e oportunistas, pois seu único fim é acumular poder, para uma psicologia em que os Estados são cautelosos e defensivos. “A crítica é que Waltz não deixa claro que suas conclusões que os efeitos da anarquia e da distribuição de interesses *dependem* dessas premissas” (WENDT, 2014, p. 137).

A segunda premissa que Wendt debate com Waltz, é sobre o pressuposto que os Estados são egoístas, principalmente quando se refere a sua segurança. Pois, quando houver uma forte identidade coletiva no sistema internacional, o equilíbrio de poder, entendido aqui como sendo basicamente o militar, não poderá exercer sua força bélica para que a segurança estatal dependa dele. Contudo, o autor construtivista sabe da dificuldade do cenário citado acima ser alcançado, no entanto algumas unidades que já atingiram tal nível de identificação e estão se utilizando mais de normas, leis e tratados para resolverem problemas no cenário internacional, além de utilizar ajuda externa quando receberem ameaças. Contudo, o autor não nega que os Estados são egoístas, o que ele apresenta com este discurso, é que as decorrências da anarquia e da distribuição de interesses que as constituem ficam à disposição dos interesses dos Estados (WENDT, 2014).

“A distribuição de poder é importante, mas sua importância, o significado que tem para os atores depende de qual jogo estão jogando. Bipolaridade entre amigos é uma coisa, entre inimigos é outra bem diferente. A primeira talvez seja o “Jogo de garantia” (Assurance Game); a outra, o “Jogo de impasse” (Deadlock). (WENDT, 2014, p. 139).

Um outro elemento de discordância entre Wendt e Waltz, é sobre esperar sempre o pior caso quando se refere às intenções dos outros atores. O neorrealista argumenta que os Estados devem ter como suporte o pior cenário da distribuição de poder quanto aos seus interesses no ambiente internacional, devido ao fato de que não se pode ter 100% de certeza sobre os desígnios dos demais. Enquanto Wendt entende que essa condição não é imprevisível, pois os Estados contemporâneos estão décadas se correlacionando, portanto, há um acúmulo de conhecimento e experiência que se possa ter como base ao tratar-se da política internacional. “Nenhum desses conhecimentos é perfeito ou completo, mas tampouco é duvidoso ou irrelevante” (WENDT, 2014, p. 141). Porém, o autor admite que em certos casos as conjecturas quanto ao pior quadro são necessárias, no entanto não significa que experiências passadas devam ser ignoradas, tendo assim prudência, pois “a história importa” (WENDT, 2014 p. 141) e, é com base nela que pode se observar os interesses reais dos demais Estados. Concluindo assim que “a distribuição de interesses precisa ter um papel independente na constituição do significado da anarquia e da distribuição de poder” (WENDT, 2014, p. 141).

Portanto, Wendt argumenta que a distribuição de poder perde importância, isso ao ser comparada com os neorrealistas, pois grande parte das alterações pode ser explicada por ideias e instituições, ao invés da distribuição. Porém, ele não propõe que poder e interesse sejam concorrentes, ou que os interesses criam certos efeitos sobre o poder, mas sim que o poder é constituído e não casual, sendo assim as explicações vindas do poder só ocorrem devido as acepções que decorrem dos interesses.

Ao concluir Wendt diz que não adere ao pensamento dos construtivistas mais radicais, pois ele não acredita que “se trata de ideias do início ao fim” (WENDT, 2014, p. 142), mas sim de uma realidade física,

apresentada pelo realismo científico²², no qual as ideias a tomam como base e ao mesmo tempo são reguladas por esta mesma realidade. Defendendo, portanto, um materialismo “simplório”.

Contudo, ele admite que ao longo do tempo, a intervenção do homem pode substituir os constrangimentos materiais – sendo estas (1) a distribuição do poder material dos atores, (2) a composição do poder material e (3) recursos geográficos e naturais – as quais possuem efeitos independentes na realidade internacional, transformando assim de fato “ideias do início ao fim” (WENDT, 2014, p. 144).

Portanto, o fato de as idéias terem um papel fundamental na política internacional não implica que questões de poder e de interesses nacionais percam relevância. Assim, Wendt mantém a importância do poder e dos interesses para a explicação do fenômeno internacional, mas acredita que os significados atribuídos pelos atores a essas forças são muito mais significativos. (TOLOSSA, 2004, p. 20-21).

Concluindo, então, o pensamento de Wendt sobre a definição de poder é deste ser, principalmente, fundamentado por ideias e conjecturas culturais. Pois ideias compartilhadas são compreendidas, no nível sistêmico, com uma construção cultural e gerando, assim, normas e instituições, entre outros, mas também estabelecem o entendimento da distribuição de poder, seja pela forma de percepção, ou pelas identidades e interesses culturais estabelecidos. (TOLOSSA, 2004).

²² Para melhor entender o realismo científico, ler “Emergence, explanation, and emancipation” de Roy Baskhar texto de 1982.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS²³

“As teorias não tratam propriamente da verdade, de uma suposta verdade absoluta, mas de interpretações, sistemáticas e rigorosas, vale dizer, mas, ainda, interpretações da realidade” (Rocha, 2002, p. 70). Começo²⁴ minhas conclusões afirmando: não espere desse trabalho apresentar-lhe uma ideia absoluta ou uma verdade. No entanto, o intuito deste texto é contribuir com o pensamento intelectual nacional sobre as Relações Internacionais. Como Celso Amorim disse: quem não conhece a teoria não exercita a intuição conselheira da decisão²⁵ (*apud* Cervo, 2008).

No primeiro capítulo foram apresentadas duas maneiras de pensar o campo das Relações Internacionais, para os atores que não tinham seus problemas diretamente abrangidos pelas teorias mais difundidas e aceitas da área. Entretanto, com um enfoque predominante para o estudo brasileiro do ambiente internacional. Em síntese, “no Brasil, nenhuma dessas formulações teóricas tem assento na cultura nacional” (Cervo, 2008, p. 15).

Contudo não entrarei nesse primeiro debate intelectual sobre qual é a melhor forma de se estudar as Relações Internacionais nos países emergentes, deixando assim para o leitor decidir qual é sua melhor forma de estudar o tema. O que busco é (faço das palavras de Antonio Jorge Ramalho da Rocha as minhas) “encorajar o leitor a refletir sobre as relações internacionais contemporâneas e sobre o modo como os pensadores conferem sentido aos fatos, fenômenos e processos que as constituem” (Rocha, 2002, p. 2).

Sendo assim, quero concluir esta primeira parte expondo que durante este trabalho busquei conciliar as duas formas que apresentei sobre o estudo do

²³ Peço licença ao leitor ou leitora para escrever esse capítulo na primeira pessoa do singular, deixando claras as relações do autor/sujeito com o trabalho.

²⁴ Este capítulo é demasiadamente coloquial, pois este era o meu objetivo quando pensei na inserção deste segmento no trabalho, por dois motivos principais, a primeira razão dessa informalidade é trazer você, leitor ou leitora, a pensar comigo sobre esta hipótese, como se fosse uma conversa informal entre nós dois, e o segundo motivo é de não tornar esse capítulo como sendo o objetivo principal desta monografia, trazer esta hipótese era, desde do início, meu objetivo secundário, pois a finalidade primordial era apresentar as análises conceituais de poder de Waltz, Keohane e Wendt.

²⁵ Ver textos de seminários publicados pela Fundação Alexandre de Gusmão (Funag). CERVO, Amado Luiz & Bueno, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: EdUnB, 2008.

campo no Brasil. Pois, enquanto eu apresentava o conceito de poder de três autores teóricos de renome na área das Relações Internacionais, Waltz, Keohane e Wendt, e procurei pensar e compreender – ainda que não de forma explícita no texto – o tema de maneira que pudesse ser adequado à realidade brasileira.

“A realidade propriamente dita não existe em categorias, mas em uma espécie de *continuum* de fatos, que podem ser interpretados de maneira distintas, inclusive por meio de discursos teóricos” (Rocha, 2002, p. 69). E é partir desse pensamento de Rocha que posso dar início ao que me propus nesse capítulo, debater os três conceitos mais difundidos de poder dentro das três teorias mais discutidas das Relações Internacionais, pois é devido a esse conflito interno sobre ‘o que define o poder?’, o principal motivo que me levou a buscar ler mais estudos e pensamentos sobre este determinado conceito, para melhor compreendê-lo.

Todavia, ainda não deixei muito claro como a citação do Rocha no parágrafo anterior se encaixa nesse debate. Portanto, vou explicar, uma frase que preciso expor, mas o leitor já deve ter escutado é “na teoria tudo é perfeito, porém a realidade é outra”, sendo assim o que eu pretendo analisar é: A realidade não está encaixada perfeitamente numa teoria, a qual não servirá a realidade de forma plena e perfeita, contudo certo fatos, acontecimentos, etc. serão completamente explicados por uma determinada teoria, o que não significa que essa teoria explicará todas as outras ocorrências. Ou melhor, a realidade é muito subjetiva para que se possa compreendê-la como um todo, portanto, o melhor que nós estudiosos das RI podemos fazer é buscar observá-la em pequenas partes, ou em pequenos conceitos para que possamos entendê-la com mais nitidez e adaptabilidade. O que não significa, que encontraremos a verdade absoluta de cada micro realidade, mas sim que conseguiremos decifrá-la com mais sensatez.

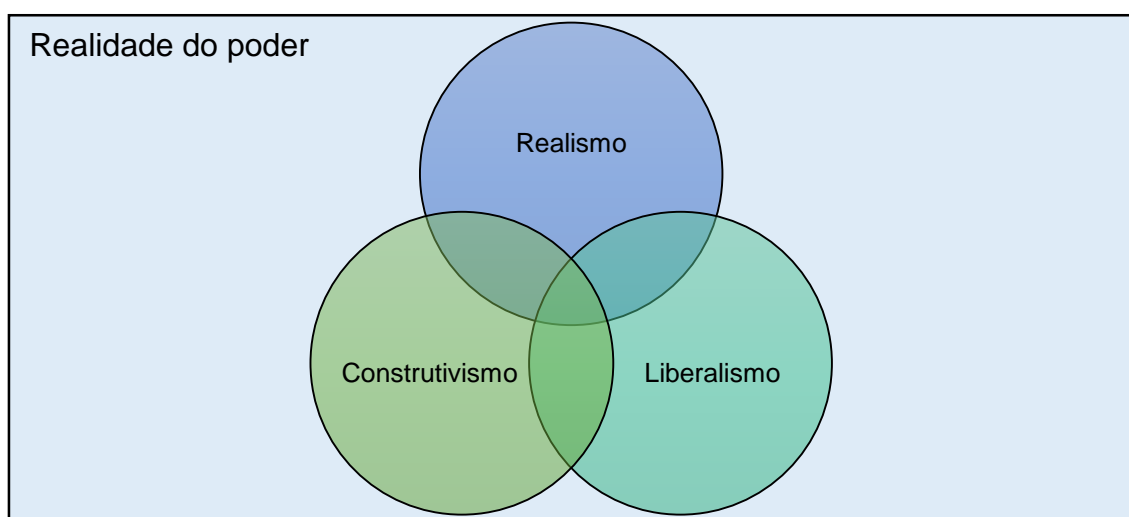
A segunda coisa que um estudioso das Relações Internacionais deve aprender talvez seja o fato de que os indivíduos não agem com base na realidade propriamente dita, mas de acordo com as percepções que tem dela. (Rocha, 2002, p. 70-71).

Outro fator que interfere para uma melhor compreensão da realidade é a vinculação dos autores a uma teoria, ou seja, se um determinado autor se considera realista, dificilmente ele se apropriará de elementos construtivistas

para melhor explicar sua hipótese. Portanto, limita-se assim o desenvolvimento de uma hipótese que possa estar muito mais ligada à realidade²⁶.

Portanto, buscarei expor minhas hipóteses, sobre o conceito de poder dentro das Relações Internacionais, por meio da intersecção de três conjuntos²⁷, ou seja, seria, mais ou menos, como se a realidade internacional do conceito de poder fosse o quadrado em volta dos círculos, e cada círculo correspondesse a uma corrente teórica, as quais em certo momento se complementam ao analisar determinado evento, já em outro acontecimento um teoria por si só consegue explicar, porém um parte desse quadrado ainda permanecerá sem uma explicação adequada.

FIGURA 1 – Teorias interseccionadas.



Fonte: elaboração própria.

As teorias não são isentas nem imparciais, apenas são adequadas como fundamentação teórica para estudos acadêmicos e como subsídios à tomada de decisões quando tomadas com senso crítico ou até mesmo a reverso do conteúdo que veiculam. (Cervo, 2008, p. 8).

No entanto, este trabalho não tem como objetivo pontuar determinado evento e enquadrá-lo em alguma parte dessa intersecção de conjuntos, essa ideia de complementaridade das correntes teóricas que apresentei possui como meta, expandir o imaginário do leitor, tirando-o da concepção de separação, debates e críticas às demais teorias que hipoteticamente vão contra o seu modo de teorizar o poder.

²⁶ Esse argumento se aproxima da noção de incomensurabilidade dos paradigmas, do autor Thomas Kuhn. Ver detalhes em: MENDONÇA e VIDEIRA (2007).

²⁷ Elemento extraído da ciência da matemática.

É indiscutível que certos conceitos teóricos são completamente inversos a outros conceitos de outras teorias, mas como dito no começo desse capítulo a ideia de verdade absoluta é negada nesse trabalho, portanto, conceitos opostos podem coexistir na realidade, porém, não estão atuando juntos ao mesmo tempo no mesmo espaço.

Não irei me aprofundar muito mais nessa hipótese nesse trabalho, no entanto continuarei a pesquisar e estudar mais, para que algum dia eu possa trazê-la mais detalhada, melhor explicada e com exemplos para demonstrar a minha hipótese na prática.

Voltando-se, agora, para os pensamentos de Keohane e Wendt, os dois autores tinham como base para suas teorias, o pensamento realista de poder de Waltz, e os dois autores buscavam cada um em sua forma de pensar em complementar a teoria de poder proposta de Waltz, como pode se observar nos capítulos antecedentes a esse:

Realism should not be discarded, since its insights are fundamental to an understanding of I world politics (Keohane, 1983), but it does need to be reformulated to reflect the impact of information-providing institutions on state behavior, even when rational egoism persists. (Keohane, 1984, p. 245-246)

Visto isso, o que pretendo mostrar é que os próprios autores em certos pontos concordam que os conceitos de poder podem ser complementados, ou até mesmo aperfeiçoados, quando mais de uma linha de pensamento teórico trabalhando para se possuir um entendimento mais satisfatório.

Superficialmente, a percepção é que a maior parte da função explicativa no neorrealismo é realizada pela anarquia e pela distribuição de poder. Anarquias parecem sistemas inerentemente competitivos, porque os Estados ignoram seu perigo, e a quantidade de grandes potências, assim como o tamanho delas, parecem ser os fatores centrais quando os Estados consideram as ameaças à sua segurança. Porém, quando olhamos mais a fundo, fica aparente que grande parte dessa função, na verdade, é realizada por fatores apenas implícitos no modelo. (Wendt, 2014, p. 135).

Para concluir, procurei expor um pensamento de Wendt, no qual ele observa, que na realidade não é a anarquia por si só que explica o proceder dos Estados no sistema internacional, mas sim as consequências que a anarquia pode gerar, as quais já estão acomodadas nas ideias dos Governantes dos Estados. Ou seja, conseguimos perceber, com esse pensamento, como duas

teorias podem ser colaboradoras para um melhor entendimento do ambiente internacional.

Contudo, não se pode desconsiderar o realismo de Waltz, acreditando que seu conceito de poder é ultrapassado ou que precisa ser complementado, nem mesmo acreditar que é o conceito mais legítimo, por servir de base para os demais conceitos que o procedeu. Como pretendo explorar na hipótese da intersecção de três conjuntos, cada conceito consegue em certos momentos explicar por conta própria determinado acontecimento. Portanto, cada teoria possui uma explicação de algum ocorrido que somente ela dispõe dos elementos necessários para sua interpretação do determinado fato.

E para complementar, gostaria de expor o pensamento de Keohane, no qual podemos perceber um momento essencial em que os fundamentos realistas estão compreendendo sozinhos a realidade internacional, sendo este momento, no qual quando ele concorda que em última instância, o Estado se voltará para o pensamento realista, ou seja, quando não houver mais alternativas é a busca pela sobrevivência que afetará as tomadas de decisões dos Estados.

Finalizando, portanto, as três definições de poder que foram apresentadas nesse trabalho trazem visões distintas sobre a atuação e o propósito do poder nas relações internacionais. No entanto, o que compreendi foi que elas não precisam ser consideradas opostas, ou incompatíveis, mas sim que há uma combinação. Pretendo explorar no futuro que há uma união entre esses conceitos quando aproximamos a teoria da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi realizado seguindo os pensamentos de poder de Waltz, Keohane e Wendt, pois estes três estudiosos das Relações Internacionais conseguiram se sobressair nas correntes teóricas que se enquadram, em virtude de suas ideias inovadoras na área, ou melhor, de como eles conseguiram pensar o ambiente internacional de uma forma distintas das já existentes. Portanto, como o objetivo da pesquisa era buscar estilos diferentes de pensar o conceito de poder, a escolha desses autores era essencial.

Poder é, então definido por esse Keohane, como sendo controle sobre as consequências, resultados ou efeitos que surgiram durante a transação política e/ou econômica, ou melhor, é a influência que o ator possuirá no decorrer da negociação. Enquanto para Waltz, poder é definido a partir de uma maior influência do Estado sobre sistema internacional do que o oposto. “E por fim, mas não menos central, há o conceito e a análise do poder no construtivismo, que funciona como elo reflexivo entre a observação e a ação” (GUZZINI, 2013, p. 392). Sendo assim, Wendt explica o poder como sendo estabelecido, principalmente, por ideias e conjecturas culturais.

Como os pressupostos de conceitos e teorias estavam fortemente ligados a esse texto, foi orientado para que se analisasse e exibisse as ideias brasileiras sobre esta conjectura no campo das RI nos países emergentes, desta maneira, Cervo e Rocha faziam um bom contraponto de argumentos, portanto, inserir essas visões, além de oferecer bons raciocínios para se entender conceito e teoria, foram de grande valor ao estudo, pois acrescentaram ótimas análises e idealizações sobre a atuação do campo acadêmico brasileiro nas Relações Internacionais.

Os dois aspectos mais importantes desse trabalho são: retratar os conceitos de poder mais destacados das relações internacionais em um só texto, ou seja, era apresentá-los de uma forma que se pudesse compará-los com mais facilidade; e demonstrar a hipótese de complementaridade dos conceitos apresentados.

Como expressado no último capítulo, a intenção deste trabalho não é parar nesta publicação, mas sim buscar mais estudos para melhor desenvolver esta hipótese de complementaridade das teorias, e testando-a em uma base

empírica, em futura publicação. Ou seja, realizar um estudo de caso da política internacional, em que se possa fazer um uso complementar dos conceitos de poder dos autores aqui apresentados.

Finalizando, a proposta inicial deste trabalho, a qual era a base para que se alcançasse um melhor entendimento do conceito de poder dentro das Relações internacionais, foi atingida. Seguindo assim, para a segunda finalidade que este texto possuía, a ideia de apresentar a hipótese de interligação das teorias para explicar a realidade, também conseguiu ser exteriorizada nesta monografia. Portanto, os objetivos e pensamentos que este trabalho buscava alcançar quando se deu início, foram obtidos.

BIBLIOGRAFIA

BASKHAR, R. Emergence, explanation, and emancipation. In: SECORD, Paul (ed.). Explaining human behavior: consciousness, human action and social structure. Beverly Hills: Sage, 1982.

CERVO, A. L. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 51, n.2, p. 8-25, 2008.

COX, R. W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Journal of International Studies**, Millennium, v. 10, n. 02, p. 126-155, 1981.

ESTRE, F. B. **Poder, interdependência e desigualdade**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2011. 90p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GUZZINI, S. Uma reconstrução do construtivismo nas relações internacionais. **Monções**, Dourados, v.2. n.3, p. 376-429, jul./dez. 2013.

HOBBS, T. **Leviathan**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

KEOHANE, R. O. **After hegemony**. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and interdependence**. 2. ed. New York: Harper Collins, 1989.

KRASNER, S. D. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 93-110, jun. 2012.

WALKER, R. B. J. **Por que ler Hobbes como um teórico de segurança internacional?**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n1/v32n1a01.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2015.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MASO, T. F.; SELIS, L. M. R. Práticas inter/indisciplinadas nas relações internacionais: acesso e mediação ao conhecimento subalternizado. In: SEMINÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO OS BRICS E AS TRANSFORMAÇÕES DA ORDEM GLOBAL, 2., 2014, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2014.

MENDONÇA, A. L. O.; VIDEIRA, A. A. P. Progresso científico e incomensurabilidade em Thomas Kuhn. **Revista Scientiae Studia**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 169-83, 2007.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: UnB, IPRI, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NUNES, J. A. O resgate da epistemologia. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 80, p. 45-70, mar. 2008.

RIBEIRO, B. S. M. **Construindo construtivismo: em busca de um modelo analítico para o estudo da política internacional contemporânea**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v1/a35.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2014.

RICHE, F. E. **A guinada quântica no pensamento de Alexander Wendt e suas implicações para a teoria das Relações Internacionais**. Brasília: UNB, 2012. 323p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Área de Política Internacional e Comparada, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ROCHA, A. J. R. **Relações internacionais: teorias e agenda**. Brasília: IBRI/Funag, 2002.

SCHWELLER, R. Bandwagoning for profit: bringing the revisionist state back in. **International Security**, Cambridge, v. 19, n. 1, p. 72-107. 1994.

SELIS, L. M. R. **Deslimites da razão: um estudo sobre a teoria neorrealista de Kenneth Waltz**. UNB: Brasília, 2011, 184p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

TICKNER, A. B.; CEPEDA, C.; BERNAL, J. L. Enseñanza, investigación y política internacional (TRIP) En América Latina. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v.2, n.1, p. 6-47, jan./abr. 2013.

TOKATLIAN, J. G.; PARDO, R. La teoría de la interdependencia: un paradigma alternativo al realismo?. **Estudios Internacionales**, Santiago, v. 23, n. 91, p. 339-382. 1990.

TOLOSSA, N. V. **A política europeia de segurança e defesa e a formação da identidade coletiva: o caso do Reino Unido no governo de Tony Blair**. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2004. 115p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

TUCÍDIDES. **História da guerra do Peloponeso**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

WALTZ, K. N. **O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2011.

WENDT, A. **Teoria social da política internacional**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.